



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

PREGÃO ELETRÔNICO 20/2026

Prefeitura Municipal de Bodoquena

OBJETO: Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde do Governo Federal.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 142.666,67

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às XXh00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

REGISTRO TCE/MS: F40D2DD0C3BDD61B98EA0B2CE63FC3CD0B9129F2





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

Processo Administrativo nº 84/2026

Torna-se público que o Município de Bodoquena, por meio do Departamento Especial de Compras, Licitações e Contratos, sediada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, Nº 1020, bairro Bandeira II, na cidade de Bodoquena, estado de Mato Grosso do Sul, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o Decreto nº 08, de 2 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Sítio Eletrônico: <http://comprasnet.gov.br/>

1. 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde do Governo Federal.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 03 (três) itens, conforme tabela constante no termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema ComprasNet (<http://comprasnet.gov.br/>).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.1. até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

2.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILIOSO

3.1. O orçamento da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de](#)





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

[2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.12. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;
- 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. Considerando que o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.5.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 6.5.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 6.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10,00 (dez reais).
- 6.12. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 6.14. Poderá o Agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de contratação.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no site (<http://comprasnet.gov.br/>), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 6.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.24.2. empresas brasileiras;
 - 6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.26.1. Por se tratar de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
 - 6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

6.27. O Agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.27.1. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente da contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente da contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 4.5 deste edital.

7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente da contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. conter vícios insanáveis;

7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.4.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente da contratação, que comprove:
 - 7.4.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.4.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou aqueles que se comprovem através do SICAF.
- 8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. Habilitação jurídica:

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.8.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.8.4. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISS) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.9.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.9.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Municipal.

8.10. **Qualificação Econômico-Financeira.**

8.11. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.12. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13. **Qualificação técnica**

8.13.1. De acordo com o termo de referência.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

9. Disposições gerais sobre habilitação:

- 9.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:
 - 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
 - 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DO TERMO DE CONTRATO

- 11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente
- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
 - b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até dias úteis; ou
 - c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://transparencia.betha.cloud/>)

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DO REAJUSTE

- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.
- 14.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* <http://comprasnet.gov.br/> ou licitabodoquena@gmail.com.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente da contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/>.

16.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104
www.bodoquena.ms.gov.br

Página 24 de 121





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

16.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.10.2. ANEXO II – Minuta do Contrato

Bodoquena/MS, 08 de junho de 2026.

**Monique Hevely Corrêa Dallettezze
Secretaria Municipal de Saúde**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde do Governo Federal.

1. Justificativa

Justificativa Técnica para Contratação de Solução Integrada de Sistemas de Informação nas Políticas Públicas Municipais

Com base na **Lei nº 8.080/1990** e nas diretrizes da **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS)**, instituída pela **Portaria nº 589/2016**, o Ministério da Saúde vem incentivando fortemente o uso intensivo de tecnologias da informação, promovendo avanços significativos na transparência, eficiência, controle social, acesso ampliado e qualificação da atenção à saúde.

No contexto da **Atenção Primária à Saúde (APS)** – reconhecida como porta de entrada prioritária do SUS e responsável por ações estratégicas de prevenção, promoção, tratamento e acompanhamento em saúde – houve uma reestruturação relevante da forma de financiamento federal. O modelo **Previne Brasil** foi extinto, sendo substituído pelo **novo Cofinanciamento Federal da APS**, que unifica e organiza os repasses financeiros da União de forma mais transparente, contínua, sustentável e condizente com as realidades e capacidades locais.

O novo modelo de cofinanciamento tem como principais objetivos:

- Garantir a manutenção e a sustentabilidade das ações da atenção básica com base em critérios técnicos e operacionais;
- Estimular a informatização das Unidades Básicas de Saúde por meio do **Programa Informatiza APS**, vinculado à estratégia **Conecte SUS**;
- Apoiar a implantação e o uso do **Prontuário Eletrônico do Cidadão (e-SUS PEC)**, promovendo melhoria da qualidade das informações em saúde e qualificação do atendimento ao cidadão;
- Fomentar a **integração entre os sistemas de informação**, promovendo agilidade no atendimento, apoio à decisão clínica e gerencial, e otimização de recursos.

O repasse de recursos financeiros federais no âmbito do cofinanciamento considera o número de equipes de Saúde da Família ou de Atenção Primária informatizadas e ativas nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, desde que apresentem conformidade na alimentação de dados, dentro dos prazos e parâmetros estabelecidos.

Entretanto, inúmeros municípios enfrentam sérias dificuldades operacionais, tais como:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- Ausência de suporte técnico especializado na utilização e manutenção do sistema e-SUS PEC;
- Carência de sistema próprio para a **gestão e acompanhamento das metas do cofinanciamento**, com monitoramento em tempo real;
- Necessidade de implantação de **sistemas informatizados voltados à atenção especializada em saúde**, de forma integrada com a atenção primária e com o sistema nacional de regulação;
- Falta de capacitação continuada dos profissionais de saúde quanto ao uso e interpretação das informações geradas pelos sistemas.

Além disso, para que haja uma gestão pública integrada e orientada por dados, **faz-se necessária a expansão da informatização também nas demais áreas sociais estratégicas**, tais como:

Justificativa para Processo Licitatório

Considerando o exposto, **justifica-se a necessidade de contratação de serviços técnicos especializados**, com respaldo legal nas normativas federais, visando:

- Suporte técnico à informatização das unidades da atenção primária e especializada em saúde;
- Implantação e manutenção do **Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC)**;
- Desenvolvimento ou contratação de soluções integradas para educação e assistência social;
- Capacitação continuada das equipes municipais nas plataformas utilizadas;
- Manutenção e evolução das soluções em consonância com as exigências legais, regulatórias e operacionais das políticas públicas vigentes.

A adoção de sistemas informatizados e integrados, com suporte técnico qualificado, representa **ganho significativo em eficiência administrativa, redução de desperdícios, qualificação dos serviços prestados, transparência e controle social**, além de atender às exigências legais estabelecidas pelos órgãos de controle e pelas políticas federais setoriais.

Assim, a **contratação por meio de processo licitatório** é medida necessária, legítima e estratégica, permitindo ao município cumprir com eficiência suas atribuições constitucionais e legais, assegurando à população o direito à saúde, à educação de qualidade e à assistência social efetiva, integrando as políticas públicas em benefício da cidadania.

Base legal – Lei nº 14.133/2021





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Art. 40. Na licitação, poderá ser admitida a divisão do objeto em lotes, visando à ampliação da competitividade e à economicidade, **ou sua não divisão**, mediante justificativa técnica e econômica devidamente documentada no processo licitatório.

Justificativa Técnica e Econômica para o Lote Único

3. Economia de escala e eficiência operacional

A contratação conjunta possibilita **redução de custos operacionais e de manutenção**, já que:

- Um único fornecedor será responsável pela hospedagem, suporte técnico, segurança da informação e capacitação dos usuários;
- Há **eliminação de sobreposição de funcionalidades**;
- Gera-se **contrato mais robusto e estratégico**, com cronograma unificado, metas conjuntas e acompanhamento mais eficiente.

4. Atendimento às diretrizes nacionais

A integração tecnológica e a governança digital são orientações nacionais vigentes:

- **Decreto nº 10.046/2019** – estabelece a Política de Governança de Dados e recomenda a interoperabilidade entre órgãos e sistemas;
- **Portarias do Ministério da Saúde (ex: nº 1.434/2020 e nº 589/2016)** – fomentam a informatização integrada das unidades de saúde e o uso do Prontuário Eletrônico do Cidadão;

5. Facilitação da gestão e capacitação

Com uma plataforma única, o município poderá:

- 2** Reduzir o tempo de capacitação das equipes;
- 3** Promover **formações integradas** entre as secretarias;
- 4** Ter **gestão centralizada de suporte, contratos e resultados**, melhorando o acompanhamento do desempenho do fornecedor.

Quadro – tabela de serviços/valores

LOTE ÚNICO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
---------------	-----------	---------	--------	-------------------	----------------





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

01	Serviços de implantação, conversão, unificação de base de dados, treinamento técnico para a área da saúde;	Parcela única	1	R\$ 16.666 ,66	R\$ 16.666, 66
02	Licenciamento de software de gestão da saúde especializada, sistema avançado de gestão do novo cofinanciamento do Ministério da Saúde do Governo Federal e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC software gratuito disponibilizado pelo Ministério da Saúde do Governo Federal.	Mensal	12	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000, 00
03	Horas técnicas para futuros treinamentos de novos profissionais da área da saúde	Hora	100	R\$ 180.00	R\$ 18.000,0 0
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$ 142.666,66	

Cronograma de implantação		Prazo
	Instalação dos sistemas em servidor nuvem, com capacidade de processamentos suficientes para atender todas as demandas do município;	15 dias
	Migração dos dados dos sistemas legados se houver;	15 dias
	Criação de usuários e perfil de acesso para cada departamento;	15 dias
	Parametrização de sistema, logotipo, nome, configurações de cabeçalho e rodapé de relatórios;	15 dias
	Treinamento técnico A contratada deverá realizar o treinamento dos técnicos e profissionais de saúde para operação e correta manipulação dos sistemas a serem implantados. O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde. A contratada alocará profissionais necessários à realização do treinamento. c) A Contratada deverá montar um plano de treinamento com no mínimo 10 (dez) horas, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos: ✓ Nome e objetivo de cada módulo de treinamento; ✓ Público alvo; ✓ Conteúdo programático; ✓ Carga horária de cada módulo do treinamento; ✓ Recursos utilizados no processo de treinamento ✓	60 dias
	Serviços de suporte técnico continuado A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados, durante o período de vigência do contrato, inclu-	





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

	<p>indo as seguintes atividades:</p> <p>a) Manutenção Corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração.</p> <p>b) Manutenção legal: Em caso de mudança na legislação, banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação, com cronograma definido junto ao Grupo Gestor do Contrato para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação dos sistemas, durante vigência contratual.</p> <p>4.2. Disponibilização de atualização da versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer ônus adicionais para o Município, durante a vigência contratual.</p> <p>4.3. Suporte técnico através de central de atendimento nas dependências da Contratada, com os seguintes canais de contato: Telefone, WhatsApp e Chat interativo.</p>	
	Da visita técnica opcional e da conversão dos dados existentes e da quantidade de pessoas que receberão treinamento	

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Conceito técnico dos sistemas e serviços oferecidos
Para a atenção primária o sistema a ser instalado deverá ser o e-SUS-PEC do Ministério da Saúde, fornecido gratuitamente, para as demais áreas <u>deve ser exclusivamente utilizado sistemas proprietários</u> visando atender a complexidade da área e a necessidade de customização do software para adequar as necessidades específicas;
Especificações técnicas do sistema proprietário especializado em saúde
O sistema proprietário deverá ser em plataforma WEB, 100% nativa, funcionando nos navegadores Chrome, Edge ou Mozilla, em suas últimas versões, sem a necessidade de utilização de plugins externos
Integrações e exportações obrigatórias
O sistema proprietário especializado e todos os seus módulos devem ser integrados ao cadastro de cidadãos do e-SUS-PEC de forma nativa, ou seja, ao entrar com os dados em qualquer módulo, o paciente/cidadão deverá ser o mesmo, a integração deverá ser proativa, de forma imediata e sem qualquer intervenção técnica ou leituras de arquivos ou gambiarras tecnológicas, ao inserir um paciente no e-SUS-PEC o mesmo deverá refletir no cadastro de paciente de todos os módulos dos sistemas proprietários especializado e todos os seus módulos (laboratório, farmácia, transporte, regulação, etc.);
O sistema proprietário deverá possuir integração com o CADSUS via api, sendo que no momento da realização do cadastro de um novo paciente, deverá permitir utilizando-se apenas do cpf ou número do cartão sus obter todas as informações do paciente, podendo ainda a critério realizar buscas utilizando o nome do paciente, nascimento e nome da mãe de forma idêntica ou semelhante.
O sistema proprietário deverá possuir integração via api com CNES, podendo sincronizar os estabelecimentos do sistema com o cnes nacional de forma simplificada. Poderá ainda possibilitar a leitura do arquivo txtproc manualmente.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

O sistema proprietário deverá permitir a atualização da tabela de procedimentos do SIGTAP de forma on-line ou através de leitura do arquivo fornecido pelo site do SIGTAP, o sistema deverá buscar no site do Ministério a última versão da tabela e atualizar o sistema, mantendo para registro histórico os procedimentos e valores de competências anteriores, poderá ainda permitir localizar os procedimentos pelo nome ou pelo código;

O sistema proprietário deverá possuir integração via api com o SI-BNFAR, devendo permitir a transmissão da movimentação das farmácias conforme último leiaute disponibilizado pelo Ministério da Saúde, deverá ainda em caso de apresentar inconsistência nos registros transmitidos a visualização do erro e possibilidade de correção e reenvio;

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo para o BPA, podendo escolher a competência, o estabelecimento, podendo ainda definir ainda o período pela data do atendimento ou pela data do lançamento, podendo ainda filtrar por tipo de financiamento e tipo de BPA consolidado ou individualizado;

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo RAS, podendo selecionar o estabelecimento, o tipo de RAS e a versão do leiaute do RAS

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo SISAIH01, podendo selecionar o estabelecimento, a data de apresentação de o tipo de AIH;

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo APAC, podendo selecionar o estabelecimento, a data inicial e final dos lançamentos;

Cadastro de pessoas, profissionais e estabelecimentos

O sistema proprietário deverá possuir formulário para o cadastro dos estabelecimentos de saúde, conforme dados obrigatórios do CNES, sendo ainda possível cadastrar os profissionais e seus vínculos através do C.B.O, deverá ainda vincular o profissional com o cadastro geral de pessoas, devendo ainda permitir a sua alimentação através de integração online com o CNES ou através da leitura do arquivo TXT PROC, deverá ainda permitir a criação de departamentos dentro dos estabelecimentos, permitindo assim melhor organização nas informações de cada ambiente;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de pessoas com as seguintes informações obrigatórias, nome, nome social, data de nascimento, nome da mãe, nome do pai, cns, cpf, rg, endereço completo, município de nascimento, cor/raça, orientação sexual, peso, altura, nacionalidade, sexo, identidade de gênero, escolaridade, tipo sanguíneo, local de trabalho, estado civil, telefone contato, geo localização, e-mail, deverá ainda anexar documentos ao cadastro, deverá localizar o endereço utilizando apenas o CEP, deverá no ato do cadastro verificar duplicidade utilizando os campos nome, nascimento e nome da mãe, devendo ainda não permitir duplicação de cpf ou cartão sus, deverá ainda registrar a data e hora da inclusão, data e hora da atualização e o nome do profissional que realizou a operação;

O sistema proprietário deverá permitir a localização do paciente utilizando o nome do





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

paciente, número do cartão sus, número do cpf, data de nascimento ou número do telefone;

O sistema proprietário deverá possuir rotina para a unificação de prontuários duplicados, devendo escolher o prontuário principal e o obsoleto, ao unificar todas as informações do prontuário obsoleto deverá ser transferida integralmente para o prontuário principal, e logo após o prontuário obsoleto deverá deixar de existir no sistema;

O sistema proprietário deverá possuir a rotina de visualizar os cadastros incompletos faltando a informação do cartão sus ou cpf, podendo ainda atualizar de forma automática o cadastro através da integração via api com o CADWEB;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de departamentos dentro do estabelecimento, podendo definir o tipo de departamento se é farmácia ou laboratório, devendo ainda informar o horário de funcionamento da unidade;

Segurança do sistema proprietário especializado

O sistema deverá permitir a criação de usuários sem limites de quantidades, independentes do cadastro de usuários do e-SUS-PEC;

O sistema proprietário deverá permitir a criação de perfil de acesso de acordo com o departamento ou estabelecimento;

O sistema proprietário deverá permitir o bloqueio/desbloqueio de acesso ao sistema em nível de usuário, mantendo todo o histórico de auditoria;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de e-mail para recuperação da senha do usuário;

O sistema proprietário deverá permitir a vinculação do login do usuário ao profissional;

O sistema proprietário deverá possuir sistema de proteção contra método tentativa/erro de login, ao errar as credenciais de acesso por mais de três vezes consecutivas, o terminal deverá ser bloqueado por um período de tempo, aumentando assim a segurança no acesso aos dados;

O sistema proprietário deverá possuir sistema de auditoria, sendo registrado todo o acesso das operações efetuadas no mesmo, através de logs de acesso, de modo que seja possível identificar claramente as atividades de consulta, inclusão, alteração/o e exclusão de qualquer informação, inclusive aquelas de qualquer usuário, indistintamente, inclusive administradores. O log registrado deve permitir a identificação completa do dado que foi acessado/atualizado, deverá ainda registrar dados como data/hora, número do ip do computador, login do usuário, operação que foi realizada, conteúdo afetado, conteúdo anterior;

O sistema proprietário deverá permitir que o usuário possa em tela própria alterar a sua senha de acesso a qualquer tempo, deverá ainda possuir segurança mínima para senhas com tamanho mínimo de 6 caracteres contendo pelo menos uma letra e números;

Integração com e-SUS-PEC APS proativa

O sistema proprietário especializado deverá permitir consultar em tela os registros dos atendimentos de forma completa, também poderá consultar as receitas e





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

encaminhamentos emitidos, deverá ainda permitir visualizar as vacinas, tudo isso de forma integrada, sendo considerado o mesmo paciente para ambos os sistemas;

O sistema proprietário deverá gerar gráficos dos atendimentos individualizados, atendimentos odontológicos, vacinas e visitas domiciliares dos dados lançados diretamente e-SUS-PEC APS. Deve ser possível filtrar por unidade e período;

O sistema proprietário deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar, o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta. O painel deve mostrar a lista de atendimento do sistema e-SUS-PEC e permitir o profissional ir realizar a chamada;

Módulo de Exames de Imagens

O sistema proprietário deve ser integrado com o cadastro de pessoas tanto do e-SUS-PEC como do sistema especializado;

O sistema proprietário deverá permitir o agendamento dos exames por outros estabelecimentos de saúde, o sistema deverá permitir a parametrização da agenda com a liberação de cotas por unidade de saúde e dia da semana, limitando quantidade de pacientes por dia;

O sistema proprietário deverá permitir cadastrar bloqueios de agendamento, este mesmo pode ser configurado por unidade e ou turno;

O sistema proprietário deverá permitir configurar quais exames serão permitidos agendar;

O sistema proprietário deverá permitir cadastrar exames que não fazem parte da tabela sigtap;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de plantões, deverá determinar a data que será aberta a agenda. Este plantão deve ser cadastrado por turno, unidade de saúde e quantidade de vaga;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro das dietas para cada exame;

O sistema proprietário deverá possuir tela de recepção, permitindo o cadastro de pedidos de exames, informando o médico solicitante, estabelecimento solicitante, exame solicitado, controle de data/hora do pedido, convenio e se atendimento é prioritário;

O sistema proprietário deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta;

O sistema proprietário deverá possuir tela própria de emissão de laudos, possibilitando o uso de templates pré cadastrados, deverá ainda permitir manter o laudo em modo rascunho ou liberado;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

O sistema proprietário deverá possuir faturamento automatizado;
O sistema proprietário deverá permitir a inserção de imagens do tipo JPG ou documentos PDF;
O sistema proprietário deverá permitir registrar a ausência do paciente com justificativa quando houver;
O sistema proprietário deverá permitir cadastrar o resultado do processo licitatório com informações da empresa vencedora bem como exames licitados e quantidade de cada exame. Sistema deverá mostrar a quantidade consumida de cada exame e o saldo.
O sistema deverá permitir a integração com equipamentos de radiografia digital padrão PACS DICOM;
Módulo de Laboratório
O sistema deverá possuir formulário de recepção de exames, devendo obrigatoriamente registrar o número do protocolo, a data do pedido, se o paciente é recém nascido, nome do paciente, convênio, nome do médico solicitante, nome do estabelecimento solicitante, a data da solicitação, devendo após poder selecionar os exames solicitados, o sistema ainda deverá ao término dos registro permitir a emissão de protocolo com a via do paciente, contendo todas as informações do pedido registrado e obrigatoriamente a chave eletrônica para o acesso on-line a os resultados;
O sistema deverá possuir controle de coleta dos materiais, registrando a data e hora da coleta, registrando a não coleta informando a justificativa e a possibilidade de realizar a recoleta;
O sistema deverá possuir a impressão do mapa de bancada de forma individualizada ou total, podendo ainda a critério do bioquímico solicitar a personalização do modelo de mapa;
O sistema deverá possuir a impressão da etiqueta de tubo de coleta com código de barras;
O sistema deverá possuir a tela de digitação de exames devendo apresentar em tela o nome do atributo do exame, o valor do resultado, devendo ainda observar o valor de referência;
O sistema deverá permitir o controle de validação dos resultados, comparando o valor digitado com o valor mínimo e máximo da referência, alertando o digitador em caso de digitação de valores fora da referência;
O sistema deverá possuir a possibilidade de castrar valores padrões para cada tipo de atributo de exames, devendo permitir o que seja definido o tipo de valor se é numérico, se é texto livre, ou se é tabelado, podendo ainda inserir fórmulas de cálculos quando necessário;
O sistema deverá possuir a liberação eletrônica dos exames através de assinatura virtual pela senha do bioquímico;
O sistema deverá possuir tela de cadastro dos exames, informando obrigatoriamente da





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

descrição do exames, sigla, recomendação da coleta tanto para sexo masculino como para feminino, método, material, bancada, prazo de entrega, bloqueio em dias para repetição, ordem de impressão em tela, limites de exames por dia, código do procedimento sigtap, deverá ainda permitir o cadastro dos atributos do exame informando o nome, a unidade de medida, a ordem do campo, a categoria, a idade inicial e idade final, os valores de referência e o tipo de resultado se é campo livre, numérico ou tabelado, podendo ainda definir se o campo é obrigatório;

O sistema deverá possuir tela própria de liberação dos exames para o bioquímico, através de senha própria poderá visualizar os exames digitados podendo filtrar por bancada, por data da coleta, por profissional ou pelo número do protocolo, devendo observar os resultados digitados em tela juntamente com o valor de referência, podendo a critério, corrigir o resultado no ato, ou liberar o exame de forma unitária ou geral;

O sistema deverá possuir tela própria para o controle e liberação de exames de alto custo, devendo registrar o nome do paciente, o nome do laboratório, a data da solicitação, o nome do solicitante, o nome do autorizador, a data de autorização e os exames a serem liberados, deverá ainda permitir a impressão da autorização do pedido;

O sistema deverá possuir tela própria para o controle de exames realizados por laboratórios terceirizados, devendo registrar o nome do laboratório terceirizado, a forma de controle se por quantitativo ou valor, a data inicial e final do contrato, podendo ainda inserir os pacientes atendidos e seus exames, devendo ainda permitir anexar o resultado do exame em pdf;

O sistema deverá possuir tela de gestão e controle dos exames realizados por laboratórios terceirizados, devendo visualizar por período o quantitativo ou valor executado, permitindo ainda auditar o lançamento em tela, conferindo se o exame foi anexa e seus resultados estão de acordo com os exames registrados;

O sistema deverá permitir o agendamento dos exames por outros estabelecimentos de saúde, o sistema deverá permitir a parametrização da agenda com a liberação de cotas por estabelecimento e dia da semana, deverá possibilitar limitar por dia a quantidade de exames ou pacientes, permitindo ainda o controle ou bloqueio de datas na agenda a critério da administração;

As unidades solicitantes poderão em tela acompanhar o resultado do exame, visualizando o status da liberação, coleta e imprimir o resultado;

O sistema deverá permitir o bloqueio de pedido de exame pelo administrador do laboratório, evitando que exames que não podem ser realizados possam ser solicitados;

O sistema deverá permitir que o administrador do laboratório possa realizar o bloqueio de um determinado dia na agenda, impedido o agendamento de pacientes naquele dia;

O sistema deverá permitir o registro da ausência do paciente no dia agendado para a coleta, permitindo ainda informar o motivo caso houver;

O sistema deverá permitir o reagendamento dos pacientes de uma data para outra de





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

uma só vez;

O sistema deverá permitir a parametrização de quantidade de dias para o pedido do mesmo exame, alertando o operador quando o mesmo exame foi solicitado dentro do período parametrizado, evitando em casos a duplicidade de pedidos;

O sistema deverá permitir o cadastramento da assinatura virtual do profissional bioquímico, permitindo ainda que cada exame emitido possa constar sua assinatura ao final de cada folha, bem como uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema;

O sistema deverá permitir a impressão de todos os exames de uma única vez, ou podendo a critério do operador escolher quais devem ser impressos;

O sistema deverá permitir através do uso de chave eletrônica e site específico do sistema que o paciente possa acompanhar a liberação do resultado, com a possibilidade de imprimir os exames;

O sistema deverá faturar todos procedimentos de todos exames de forma automática, sem a necessidade de digitação da produção futuramente, devera ser possível em um único exame faturar mais de um procedimento;

O sistema deverá a critério da administração enviar torpedo de sms para o paciente informando os seguintes eventos: envio de protocolo e chave eletrônica para exames solicitados, envio de dados do agendamento, data, hora e local para a coleta do material;

O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta;

O sistema deverá permitir o interfaceamento com os equipamentos de laboratório de acordo com a necessidade ou interesse da administração;

Módulo de Atendimento social

O sistema deverá permitir o registro de atendimentos de outros profissionais que realizam atendimento na área social;

O sistema deverá permitir o registro na recepção, gerenciando a fila de atendimento de acordo com os critérios de preferência;

O sistema deverá permitir o atendimento da pessoa, registrando o motivo do atendimento, o registro de produto ou serviços, valores de benefício, deverá ainda manter um histórico dos atendimentos;

O sistema deverá emitir um recibo de entrega para resguardo do atendente;

O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrompida;

Módulo de Tabela de procedimentos SIGTAP

O sistema deverá possuir tela própria de consulta de procedimentos por código, descrição, possibilitando a visualização de todas as características do procedimento;

O sistema deverá permitir buscar os procedimentos compatíveis pesquisando pelo cbo do profissional;

O sistema deverá permitir o usuário a realizar a importação de uma nova competência do sigtap de forma (on-line) sem a necessidade de ler arquivos;

O sistema deverá ainda possibilitar a consulta de cid por código ou descrição;

Módulo de Comunicação Interna para memorando e ofício

O sistema deverá possuir módulo de comunicação interna, permitindo o envio e recebimento de comunicados internos do órgão, informando o remetente e destinatários, permitindo ainda o anexo de arquivos;

O sistema deverá a critério da administração gerar o número de documento automaticamente de forma sequencial;

O sistema deverá possuir recurso de notificação de recebimento de comunicado alertando o usuário a sua atenção imediata;

O sistema deverá possuir ainda recurso de acompanhar a visualização ou não do documento pelo destinatário, informado a data/hora da visualização, deverá ainda permitir responder a comunicação sem a necessidade de enviar novo documento;

O sistema deverá possuir chat interno para comunicação entre todos os usuários do sistema, o chat deverá identificar o usuário e seu estabelecimento de trabalho, deverá ainda permitir o envio de mensagens para usuários que estejam offline. Este chat deverá fazer parte do próprio sistema, sem ter que abrir outro sistema para isso;

Módulo de almoxarifado e farmácia

O sistema deverá possuir módulo para entrada de produtos, saída de produtos, distribuição de produtos e dispensa de produtos, separados por estabelecimento e departamento;

O sistema deve possuir cadastro de fornecedores, fabricantes e entidades;

O sistema deverá possuir no cadastro de produtos o código do ean, catmat, bem como toda a classificação de tipo como grupo, subgrupo, tipo de medicamento, tipo de produto, tipo de controlado e a característica do destinatário;

Sistema deverá listar os produtos que compõem o SI-BNAFAR;

Deve ser possível unificar produtos duplicados;

Deve ser possível bloquear um produto de ser dispensado ou distribuído;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

Deve ser possível cadastrar estoque mínimo de cada produto de acordo com a unidade;
O sistema deverá possuir para o registro de entrada de produtos, informar o fornecedor, data da nota fiscal, valor da nota fiscal, fonte de recurso, deverá ainda possibilitar a leitura o arquivo XML da nota fiscal, realizando a entrada automática dos produtos, em casos de produtos novos, o sistema deverá sugerir ao operador o cadastramento automático ou indicar o produto equivalente no sistema;
O sistema deverá possuir ainda integração proativa com a nota fiscal eletrônica, utilizando apenas a chave eletrônico da nota, o sistema deverá realizar a entrada automaticamente no sistema, em casos de itens de produtos novos, o sistema deverá sugerir ao operador o cadastramento automático ou indicar o produto equivalente no sistema, deverá ainda impedir a entrada duplicada de nota fiscal;
O sistema deverá permitir o cadastro de compras empenhadas, registrando o número do contrato, data da validade, fornecedor, itens licitados, quantidades licitadas, deverá ainda permitir ao realizar novo pedido controlar o saldo restante de forma automática;
O sistema deve possuir módulo de saída de produtos, possibilitando o envio de produtos do almoxarifado para o setor solicitante, atualizando automaticamente os saldos de estoque;
O sistema deverá possuir módulo de controle de distribuição, permitindo que a unidade solicitante possa requisitar para o almoxarifado produtos e quantitativos, e o gestor possa em tela visualizar estes pedidos juntamente o estoque do solicitante, podendo assim deferir ou não, com a possibilidade de ajustar o quantitativo, deverá ainda gerar documento de trânsito para o transporte físico dos produtos;
O sistema deverá possuir módulo de saída de produtos para destinatários externos ao sistema, sendo possível inserir novos destinatários quando houver;
O sistema deverá possuir módulo de dispensa de produtos, deverá permitir o uso de leitor de código de barras ou localizar o produto pelo código ou descrição, deverá ainda calcular a quantidade que deve ser dispensada de acordo com o tratamento, tanto para sólidos e líquidos, deverá ainda registrar o tratamento quando for o caso, calculando a data inicial e final do tratamento, deverá ainda ao final da dispensa a possibilidade de emitir em formato de cupom térmico o comprovante de entrega para o paciente;
No momento da dispensa sistema deve alertar quando o paciente é de outro município;
O sistema deverá na dispensa informar automaticamente o lote com vencimento mais próximo, caso a quantidade de produtos ultrapasse o saldo do lote indicado pelo sistema, o mesmo deverá na sequência retirar os quantitativos dos lotes disponíveis na ordem de seu vencimento;
O sistema deverá no ato da dispensa informar o operador quais os produtos que o paciente já retirou, independente do estabelecimento, deverá informar o produto, a quantidade e a data da retirada, deverá ainda apresentar caso exista os tratamentos ativos para aquele paciente;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

O sistema deverá no ato da dispensa registrar os produtos que não possuem saldo em estoque ou que não existam no sistema, registrando em sistema próprio para futura análise do que não foi atendido, informado quem é o paciente, produto, quantidade solicitada, médico solicitante;
Sistema deve identificar se o medicamento é controlado, e caso for, tornar obrigatório informar o prescritor;
Sistema deve imprimir modelo de recibo caso medicamento for de ação judicial;
O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrompida;
O sistema deverá possuir consulta de estoque em tela, permitindo o gestor visualizar de forma geral ou por departamento o estoque de qualquer produto, deverá ainda em tela, visualizar a origem das entradas, transferências, saídas e dispensas, permitindo inclusive inserir filtros por data de movimentação, conferência de saldo por data, filtros por grupo de medicamentos, tipo de controlado e tipo de medicamento;
O sistema deverá possuir tela de duração do estoque, apresentando o tempo que irá durar o estoque de cada produto de acordo com a média de saída.
O sistema deverá gerar gráficos com quantitativo de dispensação por período e por hora. Também deve obter o gráfico de medicamentos mais dispensados;
Módulo de Transporte de Passageiros
O sistema deverá possuir módulo de cadastro de pessoas que necessitam de transporte para deslocamento a outros estabelecimentos referenciados;
O sistema deverá permitir o cadastro dos veículos, quantidade de assentos disponíveis, cadastro dos motoristas, cadastros dos acessórios auxiliares, locais de destino, locais de embarque e tipo de convênio;
O sistema deverá permitir a criação da agenda de todas as viagens, informado quem são dos passageiros e acompanhantes, se vão e voltam, se só vão, se só voltam, se necessita de acessório auxiliar, qual o local do destino, qual procedimento será realizado, qual local, data, hora será o embarque, qual veículo será destinado, qual motorista, deverá ainda possuir controle de confirmação de viagem, permitindo registrar a ausência com justificativa quando houver;
O sistema deverá permitir o bloqueio automático de pacientes para o veículo que tenha todos os assentos utilizados, permitindo inclusive computar os acompanhantes;
O sistema deverá emitir o mapa de viagem, neste mapa deve contar todos os dados necessários para a viagem, deverá ainda constar os locais de destino para coleta de assinatura quando houver necessidade;
O sistema deverá ainda controlar os valores do custo de diária com os motoristas;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

O sistema deverá possibilitar criar uma escala para os motoristas;
O sistema deverá possuir um cadastro de grupo de pessoas, a onde deve ser possível agendar o grupo inteiro de uma só vez na viagem;
O sistema deverá possuir tela de lançamento de gasto com manutenção de veículos, multas e demais despesas necessárias para prestação de contas;
Módulo de atendimento T.F.D
O sistema deverá possuir tela de lançamento dos atendimentos TFD, devendo registrar a data do lançamento, a data da viagem, o tipo de atendimento, o nome do paciente, o nome do acompanhante se houver, o nome do destino e a forma de transporte;
O sistema deverá ainda controle a entrega de documentos para o gestor;
O sistema deverá permitir pesquisar os pacientes com TFD lançados pelo nome do paciente ou pelo período de lançamentos;
O sistema deverá permitir o controle dos atendimentos em TFD, permitindo anexar arquivos, a data e o assentamento do atendimento, devendo ainda poder desativar o atendimento;
Módulo de atendimento terapêutico
O sistema deverá possuir tela própria para cadastro e controle de atendimentos que dependem de terapia, tais como psicologia, fonoaudiologia, nutricionista, fisioterapia, caps, devendo permitir a data da entrada do paciente no tratamento, o nome do paciente, a gravidade do paciente (normal, urgente e emergência);
O sistema deverá ainda permitir o cadastro das sessões, informando o nome do profissional, o turno, a hora inicial da sessão e os dias, podendo ao final imprimir o protocolo via do paciente;
O sistema deverá permitir o encerramento do tratamento, podendo fazer a qualquer tempo, e em casos de desistência do paciente, deverá haver um campo para anotações adicionais;
O sistema deverá permitir o cadastro de fila de espera, devendo registrar o nome do paciente, qual a terapia que deseja e qual a sua gravidade (normal, urgente e emergência);
Módulo de controle e emissão de cartão do transtorno do espectro autista e fibromialgia
O sistema deverá permitir a geração dos cartões em formato PDF, devendo ainda permitir o controle sequencial de cada cartão, data da emissão e a possibilidade de anexar o laudo do paciente;
Módulo de controle de atividade coletiva
O sistema deverá permitir o lançamento de atividade coletiva, devendo registrar a data do atendimento, o nome do profissional, nome do procedimento, nome dos participantes ou grupo de participantes pré definido anteriormente;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

O sistema deverá faturar automaticamente de acordo com a data da atividade, profissional selecionado e o procedimento informado;

O sistema deverá ainda possibilitar a impressão de lista de chamada;

Módulo de emissão de autorização de gastos

O sistema deverá permitir o lançamento de pedido de autorização de gastos, informando a data da autorização, nome da pessoa a ser autorizada, inserir os tipos de gastos, nome do responsável autorizador, local da viagem, descrição detalhada dos fatos;

O sistema deverá ainda permitir a emissão de protocolo de autorização ou gerar o arquivo em pdf;

Módulo de faturamento SIA/SUS

O sistema deverá possuir tela própria para faturamento da produção de forma manual, devendo possibilitar o lançamento dos procedimentos

O sistema deverá permitir o lançamento por profissional, onde o mesmo será informado apenas uma vez e permitir inserir todos os pacientes atendidos deste profissional;

O sistema deverá permitir o lançamento por paciente, onde o mesmo deverá ser informado apenas uma vez e permitir o lançamento de todos os procedimentos e profissionais que realizaram os atendimentos;

O sistema deverá permitir o lançamento por atendimento, onde deverá informar a data do atendimento no qual o sistema deve apresentar os pacientes atendidos, devendo então lançar quais os procedimentos que foram realizados;

O sistema deverá permitir o lançamento por atendimento hospitalar, onde deverá informar a data do atendimento no qual o sistema deve apresentar os pacientes atendidos, devendo então lançar quais os procedimentos que foram realizados;

O sistema deverá possuir tela de consulta de lançamentos de procedimentos faturados, podendo localizar os registros por data inicial e final do atendimento, data inicial e final do lançamento, por estabelecimento, por procedimento, por profissional, podendo ainda editar/corrigir os lançamentos ou excluir;

Módulo de cuidados compartilhados

O sistema deverá possuir tela de registro de cuidados compartilhados, informando o nome do paciente, profissional que irá realizar os cuidados e também informar os profissionais que irão visualizar e compartilhar novos cuidados, devendo ainda permitir anexar documentos;

Módulo de atendimento UPA e hospitalar

O Sistema deverá ser proprietário, deverá possuir tela de atendimento, devendo registrar o nome do paciente, nome do acompanhante se houver, tipo de convênio, tipo do caráter do atendimento e a natureza do atendimento, devendo ainda permitir o acesso rápido ao cadastro do paciente para atualizações cadastrais;

O sistema deverá possuir tela de visualização de todos os pacientes recepcionados, devendo ainda informar a data e hora da entrada na recepção, devendo ainda apresentar se o paciente já foi atendido pela





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

triagem ou pelo consultório, deverá ainda quantificar quantos pacientes estão classificados, informando ainda o nome dos profissionais com com data e hora que realizaram os atendimentos da triagem e da consulta médica;
O Sistema deve permitir filtrar os atendimentos por período, clínica e status (aguardando atendimento, finalizado, ausente e etc)
Sistema deve possuir painel de chamada, deverá apresentar a capacidade do sistema em chamar o paciente através de painel próprio do sistema, com recurso de acessibilidade visual: apresentar nome do paciente e local que o mesmo deva se dirigir, acessibilidade auditiva: o sistema deverá realizar o chamamento através de voz eletrônica robotizada ou voz sintetizada por computador, eliminando a utilização de senhas impressa
Sistema deve permitir o lançamento de avisos bem como tempo de exibição que o mesmo ficará transmitido no painel de chamada
O sistema deve possibilitar a realização do lançamento da triagem, assim também a classificação de risco. Dados de medições realizados pela triagem como aferição de pressão, glicemia, antropometria deve ser faturados automaticamente;
O sistema deve obrigar o profissional médico a registrar o cid no atendimento. Dependendo do cid o sistema devesse avisar o profissional que o cid informado é de doença e agravo mostrando ao profissional que deve ser impresso a ficha do sinan;
O sistema deve permitir o cadastro de procedimentos mais realizados para o profissional, permitindo assim que o profissional no ato do atendimento médico possa faturar com maior facilidade;
O sistema deve possuir um formulário para realizar a revisão de faturamento, onde o responsável possa consultar todos os atendimentos, adicionando ou remoendo conforme a necessidade;
O sistema deverá permitir a emissão e registro de atestado de comparecimento, médico e licença maternidade, devendo ainda manter o registro junto ao prontuário do paciente;
O sistema deve emitir receitas e prescrições, podendo o profissional cadastrar modelos com grupos de medicamentos, agilizando assim o atendimento e impressão dos mesmos, devendo ainda manter o registro junto ao prontuário do paciente;
O sistema deve permitir cadastro e emissão de orientações ao paciente, devendo ainda manter o registro junto ao prontuário do paciente;
O sistema deve permitir anexar imagens e documentos no atendimento ou prontuário do paciente
O sistema deverá no ato do atendimento médico apresentar todo o histórico do paciente, sendo possível visualizar em tela todas as datas, profissionais e estabelecimentos atendidos anteriormente, poderá ainda obter todas as informações registradas nestes atendimentos de forma rápida e facilitada, deverá ainda obter as informações dos atendimentos médicos completo realizados no e-SUS-PEC em relação a atenção primária de forma automática;
O sistema deve permitir a impressão das fichas do sinan, do sivep, folha de anestesia, requisição de exame citopatológico e mamografia, termo de consentimento para laqueadura, inserção do DIU, implante contraceptivo e vasectomia, pulseira para os pacientes internados e ficha de identificação do leito;
O sistema deve possuir modulo de observação e internação, permitindo o controle dos leitos bem como o status do mesmo, deverá ainda permitir a prescrição, evolução e lançar procedimentos do paciente
Sistema deve possibilitar a enfermagem a realizar apazamentos e solicitar ao profissional medico reavaliar paciente
As prescrições de medicamentos devem ser lançadas automaticamente como pendencia para setor de medicamento realizar a dispensa dos mesmos. Na dispensa deve ser registrado o profissional que retirou o medicamento.
Sistema deve permitir o registro de dispensa parcial do medicamento;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

O sistema deverá possibilitar registro dos procedimentos e evoluções dos multiprofissionais;
Sistema deve apresentar em tela um alerta se o paciente internado esta a mais de 24horas sem evolução médica O sistema devera possuir uma tela para consulta das altas, bem como data, hora, motivo, profissional e o usuário que a realizou;
O sistema devera possuir uma tela para consulta das altas, bem como data, hora, motivo, profissional e o usuário que a realizou;
O sistema deve possuir uma tela que apresente todo o histórico de movimentações que estão sendo realizadas aos pacientes que se encontram em atendimento no estabelecimento
O sistema deverá gerar gráfico com total de atendimento por mês, por hora, por convenio e por clínica;
Módulo do Centro Cirúrgico
O sistema deverá permitir agendar as cirurgias devendo escolher qual será a sala de cirurgia, qual a data prevista, a hora inicial, a hora final, o tipo e cirurgia, nome do paciente, cirurgião responsável, procedimento que será realizado, tipo de anestesia, medicamentos que serão usado, equipamentos que serão usados, se utilizará prótese, nome do anestesia, nome dos auxiliares
O sistema deverá permitir a checagem da pré indução, devendo checar a bolsa de sangue, isolamento do paciente, reserva do leito, monitoramento adequada, risco de perda de sangue;
O sistema deverá permitir a checagem da pós incisão, devendo checar se o local da cirurgia foi demarcado, quais os materiais cme/opme/farmacia vão ser usados;
O sistema deverá permitir a checagem após a cirurgia, devendo checar a contagem de compressas, peças para anatomia, equipos, sondas, drenos;
O sistema deverá permitir o registro da data real da cirurgia, da hora real da cirurgia, data hora real do término, devendo ainda poder anotar o resumo da cirurgia e se houve intercorrências;
O sistema deverá permitir o bloqueio de dias/horas da agenda, informando o motivo.
Módulo de AIH
O sistema deve permitir a digitação das AIHs da unidade hospitalar e realizar a exportação do txt para o SISAIO1.
O sistema deve apresentar de forma automática todas as internações realizadas no estabelecimento com a data do atendimento, prontuário, leito e data da alta e também permitir a inclusão de uma nova AIH sem a necessidade de criar um atendimento.
O sistema deve permitir desfazer uma internação.
O sistema deve permitir a descrição do número da AIH, Tipo, AIH anterior e posterior e sua apresentação.
O sistema deve apresentar automaticamente do atendimento realizado os dados de internação, como os profissional solicitante, data e responsável pela internação, data e profissional autorizador, dados do acompanhante se houver e permitir que o responsável pelas AIHs possa editar ou preencher dados que faltam.
O sistema deve na AIH apresentar dados da justificativa da internação digitada pelo médico no momento do seu atendimento e permitir que o responsável pelas AIHs possa editar ou preencher dados que faltam.
O sistema deve permitir a inclusão de procedimentos especiais.
O sistema deve permitir informar se houve mudança de procedimento, modalidade, CID principal e secundário.
O sistema deve permitir informar as solicitações de diárias e quantidades.
O sistema deve permitir informas causas externas da AIH.
O sistema deve apresentar dados da alta informada pelo responsável da alta e permitir que o faturista possa editar ou preencher dados faltantes.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

O sistema deve permitir assinalar se a AIH está ou não preenchida.
O sistema deve apresentar possíveis inconsistências de dados no preenchimento da AIH para alertar o digitador quanto a possibilidade de erros que podem ocorrer no SISAIH01.
O sistema deve permitir a inclusão de procedimentos sigtap na AIH descrevendo o procedimento, competência, serviço/classificação quando necessário, dados complementares e registro de profissional ou equipe responsável pelo procedimento.
O sistema deve permitir importar procedimentos do laboratório, Exames de Imagem, Atendimentos múltiplos e outros tipos de procedimentos realizados e digitados no sistema.
O sistema deve permitir a impressão do prontuário do atendimento, solicitação de internação, AIH, ficha de mudança de procedimento, boletim de infecção hospitalar e resumo de alta do paciente.
Módulo de APAC
O sistema deverá permitir a digitação da APAC com as seguintes informações mínimas: qual estabelecimento de saúde, dados do paciente, procedimentos solicitados e sua quantidade, descrição do diagnóstico, cid principal, cid secundário, cid de causas associadas, resumo da anamnese e exames físicos, exames complementares realizados, justificativa do procedimento;
O sistema deverá permitir ainda informar o nome do profissional solicitante, a data da autorização, a hora da solicitação, devendo ainda registrar o nome do profissional autorizador, a data da autorização, início da validade, fim da validade, número da APAC, se o procedimento é a primeira vez, se é retorno, se é eletivo ou urgente;
O sistema deverá permitir a impressão da APAC em formato PDF permitindo a sua exportação;
O sistema deverá permitir pesquisar as APAC's pelo nome do paciente;
O sistema deverá permitir editar ou excluir a APAC a critério do gestor;
Módulo de atendimento a procedimentos
O sistema deve permitir registrar salas de procedimentos descrevendo as salas existentes, departamento responsável e os procedimentos realizados por sala.
O sistema deve permitir o lançamento de procedimentos realizados a pacientes em salas de procedimento descrevendo o paciente, a sala e descrição.
O sistema deve permitir faturar os procedimentos digitados para os pacientes.
Módulo de Atendimento a Vigilância Sanitária
O sistema deverá permitir o cadastramento dos estabelecimentos e as atividades econômicas do mesmo. Para isso deverá ser utilizada a tabela do CNAE;
O sistema deverá permitir cadastrar o termo de inspeção ou notificação ou infração ou apreensão ou interdição, podendo ainda descrever de forma detalhada em campo próprio;
O sistema deverá permitir o cadastro e emissão de alvará de funcionamento, constando a data da emissão, data do vencimento, número do cadastro, ano, nome e cpf do responsável legal, horário de funcionamento do estabelecimento, podendo ainda emitir alvará provisório;
O sistema deverá permitir cadastrar alvará de vínculos, com dados da placa, modelo e cor;
O sistema deverá permitir o cadastro de animais, como a espécie, raça, cor da pelagem etc;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

O sistema deverá permitir o controle da zoonose, anexando a foto do animal, resultado do exame entre outras imagens;
O sistema deve controlar as vacinas aplicadas, castração e dados da saúde do animal;
No controle da zoonose registrar se o dono do animal optou por tratamento em casa aonde sistema deve gerenciar os animais que estão em tratamento e possibilitar o registro das visitas ao domicílio;
Possibilitar emitir a ficha de cadastro do animal;
Possibilitar emitir o termo de responsabilidade caso dono opte por tratar o animal em casa;
Possibilitar emitir o termo de consentimento de eutanásia, termo de realização de eutanásia do animal;
Possibilitar emitir o termo de Óbito do animal;
O sistema deverá possuir página própria para que o cidadão possa abrir denúncias de forma identificada ou anonima, permitindo ainda que o gestor possa acompanhar cada denúncia até seu desfecho completo;
O sistema deverá possuir página própria para que o cidadão possa solicitar serviços como alvará, vistoria e etc;
Permitir cadastrar os processos de notificação, interdição, pedido de inscrição e etc no sistema;
Permitir cadastrar o andamento desses processos bem como os documentos faltantes do mesmo;
Módulo de serviços ao cidadão via chatbot whatstapp
Deverá possuir serviço ativo via whatsapp utilizando a API oficial da Meta;
Deverá disponibilizar os seguintes serviços (segunda via de cartão sus, comprovante de vacinação, consultar medicamentos em estoque)

2. Da capacidade técnica

Para fins de comprovação da capacidade técnica a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica pública ou privada constando que prestou serviços de licenciamento de sistema de gestão de saúde.

Deverá ainda sob pena de desclassificação emitir uma declaração que é detentora dos sistemas ofertados, inclusive o código fonte, exceto e-SUS-PEC, e que possui condições técnicas desenvolver novas funcionalidades futuras;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

Para fins de comprovação da capacidade do sistema em atender as necessidades do órgão e de sua real veracidade faz-se necessário a aplicação da prova de conceito, que deverá ser realizada ao término do processo licitatório da seguinte maneira:

Concluída a fase de análise de propostas e habilitação no procedimento licitatório, licitante melhor qualificada deverá apresentar o software à Comissão Especial de Avaliação a fim de comprovar a veracidade das informações acerca dos requisitos desejáveis, os sistemas ofertados deverão atender as especificações e requisitos técnicos mínimos previstos no anexo I.

“Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico”. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI N° 04/2014 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação)

“O Acórdão TCU n° 2059/2017 – Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, determinou que provas de conceito não devem ser utilizadas na fase interna da licitação (planejamento da contratação), uma vez que não se prestam a escolher solução de TI e a elaborar requisitos técnicos, mas a avaliar, na fase externa, se a ferramenta ofertada no certame atende às especificações técnicas definidas no projeto básico ou no termo de referência”.

Prova de Conceito (PoC), no âmbito da jurisprudência desta Corte de Contas, corresponde a uma apresentação





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

de amostras no contexto de uma licitação, com o objetivo de permitir que a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar no certame comprove que a solução apresentada satisfaz os requisitos exigidos no edital”. (Acórdão TCU nº 1.984/2006 – Plenário – Relatório)

“De forma a não dar espaço a julgamento subjetivo e garantindo a eficácia do princípio da publicidade, os critérios de avaliação, as atividades de aferição de compatibilidade, assim como os planos, casos e relatórios de teste, devem constar detalhadamente nos editais”. (Acórdãos TCU nº 346/2002 – Plenário e nº 1.512/2006 – Plenário)

A apresentação dos softwares a que se refere o inciso anterior deverá ser efetuada logo após a fase de lances, ou a critério da Administração em até 2 (dois) dias após a data do certame, **de forma sempre presencial**, sendo convocada em primeiro lugar empresa melhor classificada, munida de equipamento próprio para a apresentação, a exemplo: notebook, tablet, etc, com informações suficientes na base de dados dos sistemas para a realização da apresentação técnica, não sendo permitido a apresentação em forma de simulação, que não realizem a operação completa do item a ser testado;

Procedimentos para a realização da prova de conceito

Para a prova de conceito, a comissão especial dará o início a sessão, logo após, fará a leitura do item do termo de referência e a licitante deverá apresentar a funcionalidade em sua totalidade. A apresentação do item deverá ser realizada de forma clara e objetiva, os itens serão





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

lidos em sequência pela comissão, não sendo permitido pular itens ou realizar a apresentação de forma aleatória.

A licitante deverá apresentar o item em pleno funcionamento, inserindo as informações completa no banco de dados, não sendo admitido apresentação superficial que não comprove efetivamente a tarefa. O item não apresentado ou apresentado de forma superficial ou incompleta, não será considerado atendido pela Comissão.

A análise do software não será sigilosa, contudo deverá ser procedida apenas pela Comissão Especial de Avaliação, em casos que a comissão achar pertinente, os participantes concorrentes da licitação poderão realizar questionamentos de ordem técnica, que deverá ser analisado pela comissão, sendo deferido ou não o pedido;

A licitante deverá apresentar pelo menos 95% dos serviços elencados no anexo I e sendo ainda obrigatório apresentar as simulações abaixo em sua totalidade:

Para o sistema de atendimento à saúde pública municipal

Primeira Simulação – Validação da Integração entre o e-SUS-PEC e o Sistema Especializado

A licitante deverá demonstrar a integração efetiva entre o sistema e-SUS-PEC e o sistema proprietário especializado por meio da realização completa de um fluxo de atendimento, conforme descrito a seguir:

1. **No e-SUS-PEC**, a licitante deverá:

- Abrir o sistema e realizar um **novo cadastro de cidadão**;
- Registrar o **atendimento na recepção**;
- Executar o **atendimento de triagem**;
- Realizar o **atendimento médico**, com seu devido encerramento.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

2. No sistema proprietário especializado, em seguida, a licitante deverá:

- Abrir o sistema e realizar o **atendimento da recepção**, sendo que o sistema deverá **localizar automaticamente o paciente previamente cadastrado no e-SUS-PEC, sem necessidade de novo cadastro**;
- Registrar o **atendimento de triagem**;
- Realizar o **atendimento médico**, no qual o sistema deverá permitir ao profissional **visualizar integralmente as informações clínicas e administrativas** lançadas anteriormente no e-SUS-PEC, incluindo histórico de atendimentos, triagens, e demais dados pertinentes ao cuidado do paciente, sem ter que sair do sistema especializado;

Essa simulação visa comprovar a existência de **interoperabilidade plena entre os sistemas**, de forma a garantir **continuidade do cuidado, integridade dos dados, e evitar retrabalho** por parte dos profissionais, além de assegurar conformidade com os padrões de integração exigidos pelo Ministério da Saúde.

Segunda Simulação – Validação da Integração com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

A licitante deverá demonstrar, por meio de simulação prática, a capacidade do sistema em realizar a entrada de produtos no módulo de controle de estoque utilizando dados provenientes da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme os seguintes cenários:

1. Importação por XML da NF-e:

- A licitante deverá acessar o módulo de controle de estoque e realizar uma nova entrada de produtos utilizando **exclusivamente o arquivo XML da nota fiscal**.
- O sistema deverá, automaticamente, **interpretar o XML e carregar a lista completa de produtos**, contendo todos os dados essenciais, tais como descrição, quantidade, unidade, valor unitário, entre outros.
- Durante a entrada, o sistema deverá:
 - **Sugerir o cadastramento automático de novos itens** não encontrados no banco de dados, ou;
 - **Indicar produtos equivalentes já existentes no sistema**, permitindo ao operador fazer a vinculação de forma prática.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- Ao finalizar a entrada, o sistema deverá apresentar, em **tela específica**, o **saldo atualizado dos produtos no estoque**.

2. Importação por número da NF-e:

- Em seguida, a licitante deverá repetir todo o processo anterior, utilizando **apenas o número da nota fiscal eletrônica**, sem envio do arquivo XML.
- O sistema deverá localizar e importar automaticamente os dados da NF-e a partir da SEFAZ, carregando as informações do documento fiscal da mesma forma, permitindo o registro completo da entrada de produtos no estoque.

Essa simulação tem por objetivo validar a **integração do sistema com a base da NF-e nacional**, garantindo agilidade, rastreabilidade, integridade das informações e redução de erros no processo de controle de insumos e materiais pela administração pública.

Terceira Simulação – Validação da Não Duplicação de Cadastros no Sistema Proprietário da Atenção Especializada

A licitante deverá demonstrar a capacidade do sistema em **identificar e impedir a duplicidade de cadastros de pacientes**, bem como realizar a **unificação de prontuários já duplicados**, conforme os seguintes passos:

1. Prevenção de duplicidade:

- A licitante deverá abrir o formulário de cadastro de paciente no sistema especializado e **inserir intencionalmente um número de CPF já existente na base de dados**.
- O sistema deverá, **de forma imediata e automática**, identificar a duplicidade e **impedir o prosseguimento do cadastro**, exibindo mensagem clara de alerta ao usuário.
- Em seguida, a licitante deverá tentar cadastrar um novo paciente informando **nome completo, data de nascimento e nome da mãe idênticos aos de um registro já existente**.
- Novamente, o sistema deverá identificar a possível duplicidade, alertar o operador e impedir o registro redundante.

2. Localização de pacientes existentes:

- O sistema deverá permitir a **localização eficiente de pacientes existentes** por meio de qualquer dos seguintes campos:





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- Nome completo
- Data de nascimento
- Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS)
- CPF
- Telefone

3. Unificação de prontuários duplicados:

- A licitante deverá simular a situação em que dois cadastros duplicados foram erroneamente inseridos anteriormente.
- O sistema deverá oferecer funcionalidade de **unificação de prontuários**, permitindo ao operador consolidar todos os dados clínicos e administrativos em um único registro, **preservando o histórico completo de atendimentos, exames, prescrições e demais informações associadas.**

Essa simulação tem como objetivo assegurar que o sistema seja capaz de **manter uma base cadastral única, precisa e íntegra**, evitando erros clínicos, retrabalho operacional e distorções em indicadores de saúde pública, além de cumprir boas práticas de governança de dados e integridade assistencial.

Quarta Simulação – Validação do Lançamento de Faturamento no SIA/SUS

A licitante deverá demonstrar a funcionalidade do sistema para **lançamento e geração de arquivos de faturamento ambulatorial conforme os padrões do SIA/SUS**, por meio da realização da seguinte simulação:

1. Lançamento do faturamento:

- A licitante deverá acessar o módulo de faturamento ambulatorial e utilizar **formulário próprio do sistema** que permita o registro de **qualquer procedimento para qualquer paciente**, de forma flexível e compatível com os requisitos do SIGTAP.
- Para o teste, o sistema deverá permitir o preenchimento dos seguintes campos obrigatórios:
 - **Data do atendimento** (data de lançamento);
 - **Competência de faturamento;**
 - **Nome completo do paciente;**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- **Nome completo do profissional executante;**
- **Nome e código do procedimento conforme tabela SIGTAP;**
- **Quantidade de procedimentos realizados;**
- **CID correspondente (Classificação Internacional de Doenças);**
- **Tipo de BPA (Individualizado ou Consolidado).**

2. Gravação e geração dos arquivos:

- Após o preenchimento completo e correto dos dados, o sistema deverá permitir **salvar os registros de forma definitiva.**
- Em seguida, o sistema deverá **gerar os arquivos eletrônicos de envio ao BPA**, especificamente:
 - **Arquivo BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado)**, quando aplicável;
 - **Arquivo BPA-C (Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado)**, quando aplicável.
- Os arquivos deverão ser gerados conforme layout oficial do Ministério da Saúde.

3. Exibição do conteúdo gerado:

- Ao final da simulação, o sistema deverá importar o **arquivos BPA gerado**, e em tela permitindo a conferência visual dos dados registrados no arquivo.

Esta simulação tem por finalidade comprovar que o sistema está **devidamente preparado para realizar o faturamento ambulatorial conforme as exigências do SIA/SUS**, garantindo a conformidade com os padrões nacionais, a rastreabilidade das ações registradas e a aptidão para envio aos sistemas federais sem necessidade de retrabalho ou processamento externo.

Quinta Simulação – Apresentação do Portal da Transparência em Saúde

A licitante deverá apresentar o **Portal da Transparência em Saúde** integrado ao sistema ofertado, com **acesso público irrestrito via internet**, permitindo à população acompanhar, em tempo real ou com atualização periódica, os principais indicadores de produção dos serviços de saúde do município.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

O portal deverá estar disponível para acesso durante a simulação e deverá exibir, no mínimo, as seguintes informações:

- 1. Quantidade diária de atendimentos realizados**, com detalhamento por área de atuação;
- 2. Média diária de atendimentos** por setor;
- 3. Total mensal consolidado** de atendimentos, por área;
- 4. Atendimentos realizados na Atenção Primária à Saúde;**
- 5. Atendimentos em Saúde Bucal;**
- 6. Atendimentos por especialidades (Atenção Especializada);**
- 7. Atendimentos hospitalares;**
- 8. Atendimentos realizados pela Farmácia Municipal;**
- 9. Quantidade de vacinas aplicadas;**
- 10. Atendimentos realizados pelo laboratório municipal;**
- 11. Número de atendimentos realizados pelo serviço de transporte de pacientes.**

Além dos indicadores acima, o portal deverá **permitir que o cidadão possa consultar, de forma clara e acessível, o estoque atualizado de medicamentos disponíveis na farmácia principal do município**, com informações como nome do medicamento, quantidade disponível e data da última atualização.

A simulação tem como objetivo comprovar que a solução proposta cumpre os princípios da **transparência pública, publicidade dos atos administrativos e controle social**, conforme determinações legais e normativas dos órgãos de controle e fiscalização.

Sexta Simulação – Monitoramento dos Indicadores do Cofinanciamento

A licitante deverá apresentar o **módulo proprietário de monitoramento e controle dos indicadores de desempenho vinculados ao modelo de cofinanciamento**, com foco nos **Componentes II e III** em pleno funcionamento e com base de dados demonstrativa suficiente para permitir a análise e compreensão dos resultados.

Durante a simulação, o sistema deverá:

1. Exibir, de forma clara e estruturada, **os indicadores exigidos para cada um dos componentes**;
2. Permitir a **visualização analítica** e o **detalhamento de cada indicador**, com filtros por período, unidade de saúde, equipe, território ou profissional, sempre que aplicável;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

3. Apresentar **gráficos, tabelas ou painéis** que possibilitem a interpretação dos dados de forma gerencial;
4. Garantir que as informações estejam organizadas de forma que favoreçam a **tomada de decisão pela gestão municipal**, com foco em ações de melhoria contínua e alcance de metas estabelecidas pelo cofinanciamento.

A simulação tem como finalidade comprovar que o sistema proposto oferece **ferramentas efetivas de apoio à gestão da saúde pública municipal**, com capacidade de monitoramento contínuo dos resultados pactuados, assegurando a elegibilidade e manutenção dos repasses financeiros vinculados aos indicadores de desempenho.

Sétima Simulação – Teste de Autenticidade de Documentos e Assinatura Eletrônica com Certificação Digital

A licitante deverá demonstrar, por meio de simulação prática, a capacidade do sistema proprietário especializado em **emitir documentos com assinatura eletrônica qualificada**, conforme as exigências legais vigentes e normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Durante a simulação, a licitante deverá:

1. Acessar o sistema especializado e **realizar um atendimento médico completo**;
2. Gerar uma **receita médica eletrônica**, contendo os dados do paciente, do profissional e os medicamentos prescritos;
3. Proceder com a **assinatura eletrônica da receita médica** utilizando um **certificado digital válido ICP-Brasil – tipo A3 ou equivalente**, de posse do profissional médico, em conformidade com as normas do CFM;
4. Em seguida, apresentar o **arquivo assinado digitalmente e validar sua autenticidade por meio do portal oficial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://validar.it.gov.br/>)**, comprovando que:
 - O documento está devidamente assinado com certificado digital reconhecido;
 - A assinatura está íntegra e corresponde ao profissional emissor;
 - O documento pode ser validado de forma independente pelo cidadão ou por qualquer órgão fiscalizador.

Esta simulação tem como objetivo garantir que o sistema está adequado às exigências legais de **segurança, rastreabilidade e validade jurídica dos documentos eletrônicos**, especialmente em relação a prescrições médicas, atendendo aos princípios de autenticidade, integridade e não repúdio.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Oitava Simulação – Teste de Capacidade de Geração do Arquivo RAAS

A licitante deverá demonstrar a capacidade do sistema em **gerar corretamente o arquivo RAAS (Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde)**, conforme o padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde, por meio da seguinte simulação:

1. A licitante deverá realizar, no sistema ofertado, o **atendimento completo de um paciente**, incluindo os registros obrigatórios exigidos pelo modelo RAAS, como:
 - Identificação do paciente;
 - Profissional responsável;
 - Procedimentos realizados;
 - CID associado;
 - Unidade de atendimento;
 - Data da realização;
 - Outros dados clínicos ou administrativos exigidos para compor o registro ambulatorial.
2. Após o encerramento do atendimento, o sistema deverá permitir a **geração do arquivo RAAS, conforme layout oficial do DATASUS**.
3. O arquivo deverá ser importado no sistema RAAS:
 - Os dados foram importados;

Esta simulação tem como objetivo validar que o sistema está tecnicamente preparado para **atender às exigências federais de registro e envio das ações ambulatoriais**, assegurando conformidade com os sistemas nacionais de informação em saúde e evitando rejeições nos processos de faturamento e prestação de contas.

Nona Simulação – Teste de Capacidade do Sistema Proprietário em Permitir Atuação do Profissional em Múltiplas Unidades de Saúde

A licitante deverá demonstrar, por meio de simulação prática, a capacidade do sistema em permitir que um mesmo profissional de saúde esteja **vinculado a duas ou mais unidades de saúde distintas e um ou mais departamento(s)**, e com gestão adequada de permissões e registros.

Durante a simulação, o profissional deverá estar previamente lotado em **duas unidades diferentes e em departamentos diferentes**, devidamente cadastradas no sistema. No





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

momento do login, o sistema deverá apresentar uma **interface clara e funcional** que possibilite ao usuário selecionar **em qual unidade/departamento atuará naquela sessão de trabalho**.

A partir da seleção, o sistema deverá garantir que:

- **Todos os registros realizados** (como atendimentos, prescrições, evoluções, agendamentos, entre outros) sejam corretamente **associados à unidade selecionada**;
- As **permissões e funcionalidades** disponibilizadas ao profissional estejam **condicionadas à unidade ativa**, respeitando perfis de acesso específicos de cada estabelecimento;

Essa simulação tem como objetivo validar que o sistema é capaz de refletir a **realidade operacional de muitos municípios**, onde profissionais atuam em mais de uma unidade, garantindo **flexibilidade, controle de dados e conformidade com as exigências de gestão em saúde pública**.

Décima Simulação – Teste de Integração com a REDESIM

A licitante deverá demonstrar, utilizando um cliente ativo que possua a integração com a **REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios)**

Durante a apresentação, o sistema deverá:

- Acessar funcionalidade específica que permita a **recuperação dos estabelecimentos ativos da REDESIM** no município;
- Exibir em tela a **quantidade total de empresas recuperadas**;

Essa apresentação tem como objetivo validar que a solução ofertada está **tecnicamente preparada para a integração plena com a REDESIM**, promovendo maior agilidade, transparência e controle nos processos de licenciamento sanitário, conforme as diretrizes da desburocratização e simplificação dos serviços públicos.

Décima Primeira – Teste de Integração BNFAR

O sistema proprietário deverá possuir **integração via API com o SI-BNFAR**, conforme o leiaute e especificações técnicas mais recentes disponibilizadas pelo Ministério da Saúde.

Requisitos específicos:

1. Transmissão de Dados:

- O sistema deverá permitir a **transmissão automática e segura** dos dados de movimentação das farmácias (entradas, saídas, estoques, entre outros), conforme o **último leiaute oficial publicado pelo Ministério da Saúde**.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- A transmissão deverá seguir os padrões de autenticação, formatação e comunicação definidos pelo SI-BNFAR.

2. Tratamento de Inconsistências:

- Em caso de **erros ou inconsistências nos registros transmitidos**, o sistema deverá:
 - Permitir a **visualização clara e detalhada do erro** (mensagem de retorno do SI-BNFAR);
 - Apresentar a **identificação dos registros impactados**;
 - Possibilitar a **correção dos dados diretamente no sistema**;
 - Permitir o **reenvio dos registros corrigidos**, sem a necessidade de retrabalho manual excessivo.

3. Conformidade e Atualizações:

- O sistema deverá manter-se atualizado com **eventuais mudanças no leiaute do SI-BNFAR**, assumindo a responsabilidade pela **adequação contínua às normas e padrões técnicos exigidos** pelo Ministério da Saúde.

Em continuidade, a licitante deverá apresentar os itens do ANEXO I - Quadro de demonstração dos requisitos técnicos, obrigatoriedade de atender 95% dos itens relacionados abaixo:

Da forma da apuração final

Quantidade de itens julgados		100%
Quantidade de itens atendidos		
Quantidade de itens não atendidos		

Fórmula de julgamento

Quantidade de itens julgados /Quantidade de itens atendidos) * 100 = (o valor deve ser maior ou igual a 95%)





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Será lavrado laudo de análise da demonstração de apresentação dos softwares (ANEXO I) emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, atestando se os softwares apresentados atendem ou não os requisitos solicitados no presente Edital.

Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital o licitante será adjudicado ao objeto do certame, os itens que não foram apresentados, deverão ser implementados no software no período de 60 dias.

Caso a Comissão Especial de Avaliação não declare aprovado o software apresentado pela empresa declarada provisoriamente vencedora, em razão do não atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos neste edital, será convocada a segunda licitante com o menor preço e que preencha os requisitos de habilitação, a fim de que proceda à apresentação do software para que sejam da mesma forma analisados os requisitos desejáveis, até que se tenha definitivamente a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, segundo os preceitos estabelecidos neste edital e Termo de referência que o compõe.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, operacionais, legais e funcionais:

- a) A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de licenciamento de software de gestão em saúde, incluindo suporte técnico especializado e serviços correlatos, devidamente constituída e habilitada para atuar na área de tecnologia da informação aplicada à administração pública e à saúde;
- b) Possuir comprovada experiência na implantação, suporte, manutenção e operacionalização de sistemas informatizados de gestão em saúde pública, preferencialmente com integração aos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, especialmente à plataforma e-SUS PEC;
- c) Disponibilizar sistema informatizado em ambiente seguro, com acesso contínuo, estabilidade operacional, armazenamento em nuvem ou servidor compatível, assegurando disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- d) Garantir compatibilidade, integração, interoperabilidade e sincronização de dados com a plataforma e-SUS PEC, observando os padrões técnicos, layouts e protocolos definidos pelo Ministério da Saúde;
- e) Disponibilizar suporte técnico especializado para implantação, parametrização, migração de dados, manutenção corretiva, preventiva, adaptativa e evolutiva do sistema contratado;
- f) Disponibilizar equipe técnica qualificada para atendimento remoto e/ou presencial, sempre que necessário, garantindo suporte operacional para resolução de falhas, inconsistências e atualização de funcionalidades;
- g) Realizar capacitação inicial e treinamento continuado aos servidores e profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando o uso adequado e eficiente do sistema;
- h) Garantir atualização contínua do software contratado, incluindo adequações legais, normativas e tecnológicas decorrentes de alterações promovidas pelos órgãos reguladores e pelo Ministério da Saúde;
- i) Assegurar mecanismos de segurança da informação, incluindo controle de acesso por perfil, rastreabilidade de ações, backups periódicos, criptografia e proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- j) Disponibilizar canais formais de atendimento técnico, com definição de níveis mínimos de serviço (SLA), estabelecendo prazos de resposta e solução compatíveis com a criticidade das demandas;
- k) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas no processo licitatório;
- l) Cumprir integralmente as determinações da Secretaria Municipal de Saúde, observando as normas, diretrizes e protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS) aplicáveis aos sistemas de informação em saúde;
- m) Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falhas técnicas, indisponibilidade do sistema, perda de dados, vazamento de informações ou inadequada execução contratual, sem prejuízo das sanções administrativas e legais cabíveis.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação desses serviços é de 3 (três) dias úteis, contados da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Serviço, em remessa parcelada, conforme solicitação da contratante.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

1. GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos para esse fim.
- A Administração poderá convocar representante da Contratada sempre que necessário para a adoção de providências imediatas relacionadas à execução do objeto.
- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato designado(s), ou por seus substitutos, nos termos do **art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021**, com vistas a assegurar o cumprimento das condições estabelecidas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração.

Compete ao fiscal do contrato:

I–Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

II – Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas;

III – Emitir notificações à Contratada para correção de inexatidões, irregularidades ou descumprimentos, fixando prazo para saneamento;

IV – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que extrapolem sua competência;

V – Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

VI – Comunicar ao gestor do contrato o término da vigência contratual, visando à tempestiva adoção das providências cabíveis.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelos serviços e pela perfeita execução do contrato.

7.2 DO PAGAMENTO:

7.2.1. O pagamento será efetuado de acordo como fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

7.2.2 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

7.2.2.1 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

7.2.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.2.3 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1.1 Habilitação jurídica:

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Micro empreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.1.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.1.4 Qualificação Técnica

a) **Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação**, mediante apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado, relacionados ao **licenciamento, implantação, suporte técnico, manutenção e operacionalização de software de gestão em saúde**, incluindo, preferencialmente, experiência em **integração e suporte à plataforma e-SUS PEC**, em características, complexidade, quantidades e prazos compatíveis com os serviços ora contratados.

Adaptado para o objeto **Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC**:

b) Apresentação de documento que comprove a **regularidade da empresa junto aos órgãos competentes**, incluindo inscrição e situação cadastral ativa, bem como demais autorizações e licenças eventualmente exigidas para prestação de serviços de tecnologia da informação aplicados à administração pública;

c) Comprovação de que a solução ofertada atende aos requisitos técnicos de **segurança da informação, integridade, disponibilidade e interoperabilidade**, incluindo compatibilidade com a plataforma **e-SUS PEC**, conforme diretrizes estabelecidas pelo **Ministério da Saúde**;

d) Indicação de **Responsável Técnico** pela execução dos serviços, com formação compatível na área de **Tecnologia da Informação**, tais como Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação ou áreas correlatas;

e) Comprovação de registro ativo do responsável técnico no respectivo **Conselho Profissional**, quando aplicável à categoria profissional indicada;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

f) Comprovação de qualificação técnica do responsável indicado, mediante apresentação de certificados, declarações, diplomas ou documentos equivalentes que demonstrem experiência em **implantação, suporte, manutenção e gerenciamento de sistemas de informação em saúde**, preferencialmente com atuação em e-SUS PEC;

g) Comprovação de vínculo formal entre a empresa licitante e o responsável técnico, bem como dos demais profissionais que integrarão a equipe técnica, mediante apresentação de **Contrato Social, CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou outro documento legalmente admitido**, podendo ser apresentada até a fase de contratação, nos termos do art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratação durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.1.10. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.1.10.1. advertência;

9.1.10.2. multa;

9.1.10.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.1.10.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.2.7. Para as infrações previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.2.8. Para as infrações previstas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7**, **9.1.8** e **9.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.2.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.3. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **9.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.7. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

10.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. A estimativa de valor é de R\$ 142.666,66 (cento e quarenta e dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Fichas 09

**9 - 09.001.10.122.0005.2030.3.3.90.00.00 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE**

1.500.1002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Bodoquena/MS, 10 de abril de 2026.

Elaborado por:

Andreia dos Santos Caetano de Castro

Elaborador de Contrato

Aprovador por:

Monique Hevely Corrêa Dallettezze
Secretária Municipal de Saúde





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde do Governo Federal.

Para sua elaboração, serão observados, por analogia, as Diretrizes para Elaboração dos Estudos Preliminares - Anexo III da Instrução Normativa nº 05 de 25 de maio de 2017.

Legislação:

- a) Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017.

1. Justificativa da necessidade da contratação

A modernização e integração dos sistemas de informação nas áreas essenciais da administração pública tornaram-se estratégicas e imprescindíveis para a qualificação da gestão e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da educação pública e da política de assistência social.

Com base na **Lei nº 8.080/1990** e nas diretrizes da **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS)**, instituída pela **Portaria nº 589/2016**, o Ministério da Saúde vem incentivando fortemente o uso intensivo de tecnologias da informação, promovendo avanços significativos na transparência, eficiência, controle social, acesso ampliado e qualificação da atenção à saúde.

No contexto da **Atenção Primária à Saúde (APS)** – reconhecida como porta de entrada prioritária do SUS e responsável por ações estratégicas de prevenção, promoção, tratamento e acompanhamento em saúde – houve uma reestruturação relevante da forma de financiamento federal. O modelo **Previne Brasil** foi extinto, sendo substituído pelo **novo Cofinanciamento Federal da APS**, que unifica e organiza os repasses financeiros da União de forma mais transparente, contínua, sustentável e condizente com as realidades e capacidades locais.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

O novo modelo de cofinanciamento tem como principais objetivos:

- ✓ Garantir a manutenção e a sustentabilidade das ações da atenção básica com base em critérios técnicos e operacionais;
- ✓ Estimular a informatização das Unidades Básicas de Saúde por meio do **Programa Informatiza APS**, vinculado à estratégia **Conecte SUS**;
- ✓ Apoiar a implantação e o uso do **Prontuário Eletrônico do Cidadão (e-SUS PEC)**, promovendo melhoria da qualidade das informações em saúde e qualificação do atendimento ao cidadão;
- ✓ Fomentar a **integração entre os sistemas de informação**, promovendo agilidade no atendimento, apoio à decisão clínica e gerencial, e otimização de recursos.

O repasse de recursos financeiros federais no âmbito do cofinanciamento considera o número de equipes de Saúde da Família ou de Atenção Primária informatizadas e ativas nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, desde que apresentem conformidade na alimentação de dados, dentro dos prazos e parâmetros estabelecidos.

Entretanto, inúmeros municípios enfrentam sérias dificuldades operacionais, tais como:

- Ausência de suporte técnico especializado na utilização e manutenção do sistema **e-SUS PEC**;
- Carência de sistema próprio para a **gestão e acompanhamento das metas do cofinanciamento**, com monitoramento em tempo real;
- Necessidade de implantação de **sistemas informatizados voltados à atenção especializada em saúde**, de forma integrada com a atenção primária e com o sistema nacional de regulação;
- Falta de capacitação continuada dos profissionais de saúde quanto ao uso e interpretação das informações geradas pelos sistemas.

Justificativa para Processo Licitatório

Considerando o exposto, **justifica-se a necessidade de contratação de serviços técnicos especializados**, com respaldo legal nas normativas federais, visando:

- Suporte técnico à informatização das unidades da atenção primária e especializada em saúde;
- Implantação e manutenção do **Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC)**;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- Desenvolvimento ou contratação de soluções integradas para educação e assistência social;
- Capacitação continuada das equipes municipais nas plataformas utilizadas;
- Manutenção e evolução das soluções em consonância com as exigências legais, regulatórias e operacionais das políticas públicas vigentes.

A adoção de sistemas informatizados e integrados, com suporte técnico qualificado, representa **ganho significativo em eficiência administrativa, redução de desperdícios, qualificação dos serviços prestados, transparência e controle social**, além de atender às exigências legais estabelecidas pelos órgãos de controle e pelas políticas federais setoriais.

Assim, a **contratação por meio de processo licitatório** é medida necessária, legítima e estratégica, permitindo ao município cumprir com eficiência suas atribuições constitucionais e legais, assegurando à população o direito à saúde, à educação de qualidade e à assistência social efetiva, integrando as políticas públicas em benefício da cidadania.

1. Economia de escala e eficiência operacional

A contratação conjunta possibilita **redução de custos operacionais e de manutenção**, já que:

- Um único fornecedor será responsável pela hospedagem, suporte técnico, segurança da informação e capacitação dos usuários;
- Há **eliminação de sobreposição de funcionalidades**;
- Gera-se **contrato mais robusto e estratégico**, com cronograma unificado, metas conjuntas e acompanhamento mais eficiente.

2. Atendimento às diretrizes nacionais

A integração tecnológica e a governança digital são orientações nacionais vigentes:

- **Decreto nº 10.046/2019** – estabelece a Política de Governança de Dados e recomenda a interoperabilidade entre órgãos e sistemas;
- **Portarias do Ministério da Saúde (ex: nº 1.434/2020 e nº 589/2016)** – fomentam a informatização integrada das unidades de saúde e o uso do Prontuário Eletrônico do Cidadão;
- **Normas da Política Nacional de Assistência Social e Educação Básica** – orientam o uso de sistemas informatizados com foco no planejamento e monitoramento da execução das políticas.

5. Facilitação da gestão e capacitação

Com uma plataforma única, o município poderá:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- Reduzir o tempo de capacitação das equipes;
- Promover **formações integradas** entre as secretarias;

Ter **gestão centralizada de suporte, contratos e resultados**, melhorando o acompanhamento do desempenho do fornecedor.

5 Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade

A contratação pretendida está alinhada ao Plano Plurianual (PPA) do município.

6 Requisitos da Contratação

3.2 Especificações técnicas mínimas

Quadro – tabela de serviços/valores

LOTE ÚNICO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Item 1	Serviços de implantação, conversão, unificação de base de dados, treinamento técnico para a área da saúde;	Parcela única	1	R\$ 16.666,66	R\$ 16.666,66
Item 2	Licenciamento de software de gestão da saúde especializada, sistema avançado de gestão do novo cofinanciamento do Ministério da Saúde do Governo Federal e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS PEC software gratuito disponibilizado pelo Ministério da Saúde do Governo Federal.	Mensal	12	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00
Item 3	Horas técnicas para futuros treinamentos de novos profissionais da área da saúde	100		R\$ 180,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$ 142.666,66	

1. Cronograma de implantação

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104

www.bodoquena.ms.gov.br

Página 73 de 121





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Cronograma de implantação		Prazo
	Instalação dos sistemas em servidor nuvem obrigatoriamente no Brasil, com capacidade de processamentos suficientes para atender todas as demandas do município;	15 dias
	Migração dos dados dos sistemas legados;	15 dias
	Criação de usuários e perfil de acesso para cada departamento;	15 dias
	Parametrização de sistema, logotipo, nome, configurações de cabeçalho e rodapé de relatórios;	15 dias
	Treinamento técnico A contratada deverá realizar o treinamento dos técnicos e profissionais de saúde para operação e correta manipulação dos sistemas a serem implantados. O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde. A contratada alocará profissionais necessários à realização do treinamento. c) A Contratada deverá montar um plano de treinamento com no mínimo 10 (dez) horas, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos: <ul style="list-style-type: none">✓ Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;✓ Público alvo;✓ Conteúdo programático;✓ Carga horária de cada módulo do treinamento;✓ Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).✓ As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 20 (vinte) participantes.	60 dias
	Serviços de suporte técnico continuado A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados, durante o período de vigência do contrato, incluindo as seguintes atividades: a) Manutenção Corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração. b) Manutenção legal: Em caso de mudança na legislação, banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação, com cronograma definido junto ao Grupo Gestor do Contrato para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação dos sistemas, durante vigência contratual. 4.2. Disponibilização de atualização da versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer ônus adicionais para o Município, durante a vigência contratual. 4.3. Suporte técnico através de central de atendimento nas dependências da Contratada, com os seguintes canais de contato: Telefone, WhatsApp e Chat interativo.	

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104
www.bodoquena.ms.gov.br





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Conceito técnico dos sistemas e serviços oferecidos

Para a atenção primária o sistema a ser instalado deverá ser o e-SUS-PEC do Ministério da Saúde, fornecido gratuitamente, para as demais áreas **deve ser exclusivamente utilizado sistemas proprietários** visando atender a complexidade da área e a necessidade de customização do software para adequar as necessidades específicas;

Especificações técnicas do sistema proprietário especializado em saúde

O sistema proprietário deverá ser em plataforma WEB, 100% nativa, funcionando nos navegadores Chrome, Edge ou Mozilla, em suas últimas versões, sem a necessidade de utilização de plugins externos

Integrações e exportações obrigatórias

O sistema proprietário especializado e todos os seus módulos devem ser integrados ao cadastro de cidadãos do e-SUS-PEC de forma nativa, ou seja, ao entrar com os dados em qualquer módulo, o paciente/cidadão deverá ser o mesmo, a integração deverá ser proativa, de forma imediata e sem qualquer intervenção técnica ou leituras de arquivos ou gambiarras tecnológicas, ao inserir um paciente no e-SUS-PEC o mesmo deverá refletir no cadastro de paciente de todos os módulos dos sistemas proprietários especializado e todos os seus módulos (laboratório, farmácia, transporte, regulação, etc.);

O sistema proprietário deverá possuir integração com o CADSUS via api, sendo que no momento da realização do cadastro de um novo paciente, deverá permitir utilizando-se apenas do cpf ou número do cartão sus obter todas as informações do paciente, podendo ainda a critério realizar buscas utilizando o nome do paciente, nascimento e nome da mãe de forma idêntica ou semelhante.

O sistema proprietário deverá possuir integração via api com CNES, podendo sincronizar os estabelecimentos do sistema com o cnes nacional de forma simplificada. Poderá ainda possibilitar a leitura do arquivo txtproc manualmente.

O sistema proprietário deverá permitir a atualização da tabela de procedimentos do SIGTAP de forma on-line ou através de leitura do arquivo fornecido pelo site do SIGTAP, o sistema deverá buscar no site do Ministério a última versão da tabela e atualizar o sistema, mantendo para registro histórico os procedimentos e valores de competências anteriores, poderá ainda permitir localizar os procedimentos pelo nome ou pelo código;

O sistema proprietário deverá possuir integração via api com o SI-BNFAR, devendo permitir a transmissão da movimentação das farmácias conforme último leiaute disponibilizado pelo Ministério da Saúde, deverá ainda em caso de apresentar inconsistência nos registros transmitidos a visualização do erro e possibilidade de correção e reenvio;

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo para o BPA, podendo escolher a competência, o estabelecimento, podendo ainda definir ainda o período pela data do atendimento ou pela data do lançamento, podendo ainda filtrar por tipo de financiamento e tipo de BPA consolidado ou individualizado;

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo RAS, podendo





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

selecionar o estabelecimento, o tipo de RAS e a versão do leuante do RAS

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo SISAIH01, podendo selecionar o estabelecimento, a data de apresentação de o tipo de AIH;

O sistema proprietário deverá possuir rotina de exportação para o arquivo APAC, podendo selecionar o estabelecimento, a data inicial e final dos lançamentos;

Cadastro de pessoas, profissionais e estabelecimentos

O sistema proprietário deverá possuir formulário para o cadastro dos estabelecimentos de saúde, conforme dados obrigatórios do CNES, sendo ainda possível cadastrar os profissionais e seus vínculos através do C.B.O, deverá ainda vincular o profissional com o cadastro geral de pessoas, devendo ainda permitir a sua alimentação através de integração online com o CNES ou através da leitura do arquivo TXT PROC, deverá ainda permitir a criação de departamentos dentro dos estabelecimentos, permitindo assim melhor organização nas informações de cada ambiente;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de pessoas com as seguintes informações obrigatórias, nome, nome social, data de nascimento, nome da mae, nome do pai, cns, cpf, rg, endereço completo, município de nascimento, cor/raça, orientação sexual, peso, altura, nacionalidade, sexo, identidade de gênero, escolaridade, tipo sanguíneo, local de trabalho, estado civil, telefone contato, geo localização, e-mail, deverá ainda anexar documentos ao cadastro, deverá localizar o endereço utilizando apenas o CEP, deverá no ato do cadastro verificar duplicidade utilizando os campos nome, nascimento e nome da mãe, devendo ainda não permitir duplicação de cpf ou cartão sus, deverá ainda registrar a data e hora da inclusão, data e hora da atualização e o nome do profissional que realizou a operação;

O sistema proprietário deverá permitir a localização do paciente utilizando o nome do paciente, número do cartão sus, número do cpf, data de nascimento ou número do telefone;

O sistema proprietário deverá possuir rotina para a unificação de prontuários duplicados, devendo escolher o prontuário principal e o obsoleto, ao unificar todas as informações do prontuário obsoleto deverá ser transferida integralmente para o prontuário principal, e logo após o prontuário obsoleto deverá deixar de existir no sistema;

O sistema proprietário deverá possuir a rotina de visualizar os cadastros incompletos faltando a informação do cartão sus ou cpf, podendo ainda atualizar de forma automática o cadastro através da integração via api com o CADWEB;

O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de departamentos dentro do estabelecimento, podendo definir o tipo de departamento se é farmácia ou laboratório, devendo ainda informar o horário de funcionamento da unidade;

Segurança do sistema proprietário especializado

O sistema deverá permitir a criação de usuários sem limites de quantidades, independentes do cadastro de usuários do e-SUS-PEC;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

O sistema proprietário deverá permitir a criação de perfil de acesso de acordo com o departamento ou estabelecimento;
O sistema proprietário deverá permitir o bloqueio/desbloqueio de acesso ao sistema em nível de usuário, mantendo todo o histórico de auditoria;
O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de e-mail para recuperação da senha do usuário;
O sistema proprietário deverá permitir a vinculação do login do usuário ao profissional;
O sistema proprietário deverá possuir sistema de proteção contra método tentativa/erro de login, ao errar as credenciais de acesso por mais de três vezes consecutivas, o terminal deverá ser bloqueado por um período de tempo, aumentando assim a segurança no acesso aos dados;
O sistema proprietário deverá possuir sistema de auditoria, sendo registrado todo o acesso das operações efetuadas no mesmo, através de logs de acesso, de modo que seja possível identificar claramente as atividades de consulta, inclusão, alteração/o e exclusão de qualquer informação, inclusive aquelas de qualquer usuário, indistintamente, inclusive administradores. O log registrado deve permitir a identificação completa do dado que foi acessado/atualizado, deverá ainda registrar dados como data/hora, número do ip do computador, login do usuário, operação que foi realizada, conteúdo afetado, conteúdo anterior;
O sistema proprietário deverá permitir que o usuário possa em tela própria alterar a sua senha de acesso a qualquer tempo, deverá ainda possuir segurança mínima para senhas com tamanho mínimo de 6 caracteres contendo pelo menos uma letra e números;
Integração com e-SUS-PEC APS proativa
O sistema proprietário especializado deverá permitir consultar em tela os registros dos atendimentos de forma completa, também poderá consultar as receitas e encaminhamentos emitidos, deverá ainda permitir visualizar as vacinas, tudo isso de forma integrada, sendo considerado o mesmo paciente para ambos os sistemas;
O sistema proprietário deverá gerar gráficos dos atendimentos individualizados, atendimentos odontológicos, vacinas e visitas domiciliares dos dados lançados diretamente e-SUS-PEC APS. Deve ser possível filtrar por unidade e período;
O sistema proprietário deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar, o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta. O painel deve mostrar a lista de atendimento do sistema e-SUS-PEC e permitir o profissional irá realizar a chamada;
Módulo de Exames de Imagens
O sistema proprietário deve ser integrado com o cadastro de pessoas tanto do e-SUS-PEC como do sistema especializado;
O sistema proprietário deverá permitir o agendamento dos exames por outros





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

estabelecimentos de saúde, o sistema deverá permitir a parametrização da agenda com a liberação de cotas por unidade de saúde e dia da semana, limitando quantidade de pacientes por dia;
O sistema proprietário deverá permitir cadastrar bloqueios de agendamento, este mesmo pode ser configurado por unidade e ou turno;
O sistema proprietário deverá permitir configurar quais exames serão permitidos agendar;
O sistema proprietário deverá permitir cadastrar exames que não fazem parte da tabela sigtap;
O sistema proprietário deverá permitir o cadastro de plantões, deverá determinar a data que será aberta a agenda. Este plantão deve ser cadastrado por turno, unidade de saúde e quantidade de vaga;
O sistema proprietário deverá permitir o cadastro das dietas para cada exame;
O sistema proprietário deverá possuir tela de recepção, permitindo o cadastro de pedidos de exames, informando o médico solicitante, estabelecimento solicitante, exame solicitado, controle de data/hora do pedido, convenio e se atendimento é prioritário;
O sistema proprietário deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta;
O sistema proprietário deverá possuir tela própria de emissão de laudos, possibilitando o uso de templates pré cadastrados, deverá ainda permitir manter o laudo em modo rascunho ou liberado;
O sistema proprietário deverá possuir faturamento automatizado;
O sistema proprietário deverá permitir a inserção de imagens do tipo JPG ou documentos PDF;
O sistema proprietário deverá permitir registrar a ausência do paciente com justificativa quando houver;
O sistema proprietário deverá permitir cadastrar o resultado do processo licitatório com informações da empresa vencedora bem como exames licitados e quantidade de cada exame. Sistema deverá mostrar a quantidade consumida de cada exame e o saldo.
O sistema deverá permitir a integração com equipamentos de radiografia digital padrão PACS DICOM;
Módulo de Laboratório
O sistema deverá possuir formulário de recepção de exames, devendo obrigatoriamente registrar o número do protocolo, a data do pedido, se o paciente é recém nascido, nome do paciente, convênio, nome do médico solicitante, nome do estabelecimento solicitante,





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

a data da solicitação, devendo após poder selecionar os exames solicitados, o sistema ainda deverá ao término dos registro permitir a emissão de protocolo com a via do paciente, contendo todas as informações do pedido registrado e obrigatoriamente a chave eletrônica para o acesso on-line a os resultados;
O sistema deverá possuir controle de coleta dos materiais, registrando a data e hora da coleta, registrando a não coleta informando a justificativa e a possibilidade de realizar a recoleta;
O sistema deverá possuir a impressão do mapa de bancada de forma individualizada ou total, podendo ainda a critério do bioquímico solicitar a personalização do modelo de mapa;
O sistema deverá possuir a impressão da etiqueta de tubo de coleta com código de barras;
O sistema deverá possuir a tela de digitação de exames devendo apresentar em tela o nome do atributo do exame, o valor do resultado, devendo ainda observar o valor de referência;
O sistema deverá permitir o controle de validação dos resultados, comparando o valor digitado com o valor mínimo e máximo da referência, alertando o digitador em caso de digitação de valores fora da referência;
O sistema deverá possuir a possibilidade de castrar valores padrões para cada tipo de atributo de exames, devendo permitir o que seja definido o tipo de valor se é numérico, se é texto livre, ou se é tabelado, podendo ainda inserir fórmulas de cálculos quando necessário;
O sistema deverá possuir a liberação eletrônica dos exames através de assinatura virtual pela senha do bioquímico;
O sistema deverá possuir tela de cadastro dos exames, informando obrigatoriamente da descrição do exames, sigla, recomendação da coleta tanto para sexo masculino como para feminino, método, material, bancada, prazo de entrega, bloqueio em dias para repetição, ordem de impressão em tela, limites de exames por dia, código do procedimento sigtap, deverá ainda permitir o cadastro dos atributos do exame informando o nome, a unidade de medida, a ordem do campo, a categoria, a idade inicial e idade final, os valores de referência e o tipo de resultado se é campo livre, numérico ou tabelado, podendo ainda definir se o campo é obrigatório;
O sistema deverá possuir tela própria de liberação dos exames para o bioquímico, através de senha própria poderá visualizar os exames digitados podendo filtrar por bancada, por data da coleta, por profissional ou pelo número do protocolo, devendo observar os resultados digitados em tela juntamente com o valor de referência, podendo a critério, corrigir o resultado no ato, ou liberar o exame de forma unitária ou geral;
O sistema deverá possuir tela própria para o controle e liberação de exames de alto custo, devendo registrar o nome do paciente, o nome do laboratório, a data da





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

solicitação, o nome do solicitante, o nome do autorizador, a data de autorização e os exames a serem liberados, deverá ainda permitir a impressão da autorização do pedido;
O sistema deverá possuir tela própria para o controle de exames realizados por laboratórios terceirizados, devendo registrar o nome do laboratório terceirizado, a forma de controle se por quantitativo ou valor, a data inicial e final do contrato, podendo ainda inserir os pacientes atendidos e seus exames, devendo ainda permitir anexar o resultado do exame em pdf;
O sistema deverá possuir tela de gestão e controle dos exames realizados por laboratórios terceirizados, devendo visualizar por período o quantitativo ou valor executado, permitindo ainda auditar o lançamento em tela, conferindo se o exame foi anexa e seus resultados estão de acordo com os exames registrados;
O sistema deverá permitir o agendamento dos exames por outros estabelecimentos de saúde, o sistema deverá permitir a parametrização da agenda com a liberação de cotas por estabelecimento e dia da semana, deverá possibilitar limitar por dia a quantidade de exames ou pacientes, permitindo ainda o controle ou bloqueio de datas na agenda a critério da administração;
As unidades solicitantes poderão em tela acompanhar o resultado do exame, visualizando o status da liberação, coleta e imprimir o resultado;
O sistema deverá permitir o bloqueio de pedido de exame pelo administrador do laboratório, evitando que exames que não podem ser realizados possam ser solicitados;
O sistema deverá permitir que o administrador do laboratório possa realizar o bloqueio de um determinado dia na agenda, impedido o agendamento de pacientes naquele dia;
O sistema deverá permitir o registro da ausência do paciente no dia agendado para a coleta, permitindo ainda informar o motivo caso houver;
O sistema deverá permitir o reagendamento dos pacientes de uma data para outra de uma só vez;
O sistema deverá permitir a parametrização de quantidade de dias para o pedido do mesmo exame, alertando o operador quando o mesmo exame foi solicitado dentro do período parametrizado, evitando em casos a duplicidade de pedidos;
O sistema deverá permitir o cadastramento da assinatura virtual do profissional bioquímico, permitindo ainda que cada exame emitido possa constar sua assinatura ao final de cada folha, bem como uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema;
O sistema deverá permitir a impressão de todos os exames de uma única vez, ou podendo a critério do operador escolher quais devem ser impressos;
O sistema deverá permitir através do uso de chave eletrônica e site específico do sistema que o paciente possa acompanhar a liberação do resultado, com a possibilidade de imprimir os exames;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

O sistema deverá faturar todos procedimentos de todos exames de forma automática, sem a necessidade de digitação da produção futuramente, deverá ser possível em um único exame faturar mais de um procedimento;

O sistema deverá a critério da administração enviar torpedo de sms para o paciente informando os seguintes eventos: envio de protocolo e chave eletrônica para exames solicitados, envio de dados do agendamento, data, hora e local para a coleta do material;

O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrompida;

O sistema deverá permitir o interfaceamento com os equipamentos de laboratório de acordo com a necessidade ou interesse da administração;

Módulo de Atendimento social

O sistema deverá permitir o registro de atendimentos de outros profissionais que realizam atendimento na área social;

O sistema deverá permitir o registro na recepção, gerenciando a fila de atendimento de acordo com os critérios de preferência;

O sistema deverá permitir o atendimento da pessoa, registrando o motivo do atendimento, o registro de produto ou serviços, valores de benefício, deverá ainda manter um histórico dos atendimentos;

O sistema deverá emitir um recibo de entrega para resguardo do atendente;

O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrompida;

Módulo de Tabela de procedimentos SIGTAP

O sistema deverá possuir tela própria de consulta de procedimentos por código, descrição, possibilitando a visualização de todas as características do procedimento;

O sistema deverá permitir buscar os procedimentos compatíveis pesquisando pelo cbo do profissional;

O sistema deverá permitir o usuário a realizar a importação de uma nova competência do sigtap de forma (on-line) sem a necessidade de ler arquivos;

O sistema deverá ainda possibilitar a consulta de cid por código ou descrição;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Módulo de Comunicação Interna para memorando e ofício

O sistema deverá possuir módulo de comunicação interna, permitindo o envio e recebimento de comunicados internos do órgão, informando o remetente e destinatários, permitindo ainda o anexo de arquivos;

O sistema deverá a critério da administração gerar o número de documento automaticamente de forma sequencial;

O sistema deverá possuir recurso de notificação de recebimento de comunicado alertando o usuário a sua atenção imediata;

O sistema deverá possuir ainda recurso de acompanhar a visualização ou não do documento pelo destinatário, informado a data/hora da visualização, deverá ainda permitir responder a comunicação sem a necessidade de enviar novo documento;

O sistema deverá possuir chat interno para comunicação entre todos os usuários do sistema, o chat deverá identificar o usuário e seu estabelecimento de trabalho, deverá ainda permitir o envio de mensagens para usuários que estejam offline. Este chat deverá fazer parte do próprio sistema, sem ter que abrir outro sistema para isso;

Módulo de almoxarifado e farmácia

O sistema deverá possuir módulo para entrada de produtos, saída de produtos, distribuição de produtos e dispensa de produtos, separados por estabelecimento e departamento;

O sistema deve possuir cadastro de fornecedores, fabricantes e entidades;

O sistema deverá possuir no cadastro de produtos o código do ean, catmat, bem como toda a classificação de tipo como grupo, subgrupo, tipo de medicamento, tipo de produto, tipo de controlado e a característica do destinatário;

Sistema deverá listar os produtos que compõem o SI-BNAFAR;

Deve ser possível unificar produtos duplicados;

Deve ser possível bloquear um produto de ser dispensado ou distribuído;

Deve ser possível cadastrar estoque mínimo de cada produto de acordo com a unidade;

O sistema deverá possuir para o registro de entrada de produtos, informar o fornecedor, data da nota fiscal, valor da nota fiscal, fonte de recurso, deverá ainda possibilitar a leitura o arquivo XML da nota fiscal, realizando a entrada automática dos produtos, em casos de produtos novos, o sistema deverá sugerir ao operador o cadastramento automático ou indicar o produto equivalente no sistema;

O sistema deverá possuir ainda integração proativa com a nota fiscal eletrônica, utilizando apenas a chave eletrônico da nota, o sistema deverá realizar a entrada automaticamente no sistema, em casos de itens de produtos novos, o sistema deverá sugerir ao operador o cadastramento automático ou indicar o produto equivalente no sistema, deverá ainda impedir a entrada duplicada de nota fiscal;

O sistema deverá permitir o cadastro de compras empenhadas, registrando o número do





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

contrato, data da validade, fornecedor, itens licitados, quantidades licitadas, deverá ainda permitir ao realizar novo pedido controlar o saldo restante de forma automática;
O sistema deve possuir módulo de saída de produtos, possibilitando o envio de produtos do almoxarifado para o setor solicitante, atualizando automaticamente os saldos de estoque;
O sistema deverá possuir módulo de controle de distribuição, permitindo que a unidade solicitante possa requisitar para o almoxarifado produtos e quantitativos, e o gestor possa em tela visualizar estes pedidos juntamente o estoque do solicitante, podendo assim deferir ou não, com a possibilidade de ajustar o quantitativo, deverá ainda gerar documento de trânsito para o transporte físico dos produtos;
O sistema deverá possuir módulo de saída de produtos para destinatários externos ao sistema, sendo possível inserir novos destinatários quando houver;
O sistema deverá possuir módulo de dispensa de produtos, deverá permitir o uso de leitor de código de barras ou localizar o produto pelo código ou descrição, deverá ainda calcular a quantidade que deve ser dispensada de acordo com o tratamento, tanto para sólidos e líquidos, deverá ainda registrar o tratamento quando for o caso, calculando a data inicial e final do tratamento, deverá ainda ao final da dispensa a possibilidade de emitir em formato de cupom térmico o comprovante de entrega para o paciente;
No momento da dispensa sistema deve alertar quando o paciente é de outro município;
O sistema deverá na dispensa informar automaticamente o lote com vencimento mais próximo, caso a quantidade de produtos ultrapasse o saldo do lote indicado pelo sistema, o mesmo deverá na sequência retirar os quantitativos dos lotes disponíveis na ordem de seu vencimento;
O sistema deverá no ato da dispensa informar o operador quais os produtos que o paciente já retirou, independente do estabelecimento, deverá informar o produto, a quantidade e a data da retirada, deverá ainda apresentar caso exista os tratamentos ativos para aquele paciente;
O sistema deverá no ato da dispensa registrar os produtos que não possuem saldo em estoque ou que não existam no sistema, registrando em sistema próprio para futura análise do que não foi atendido, informado quem é o paciente, produto, quantidade solicitada, médico solicitante;
Sistema deve identificar se o medicamento é controlado, e caso for, tornar obrigatório informar o prescritor;
Sistema deve imprimir modelo de recibo caso medicamento for de ação judicial;
O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

O sistema deverá possuir consulta de estoque em tela, permitindo o gestor visualizar de forma geral ou por departamento o estoque de qualquer produto, deverá ainda em tela, visualizar a origem das entradas, transferências, saídas e dispensas, permitindo inclusive inserir filtros por data de movimentação, conferência de saldo por data, filtros por grupo de medicamentos, tipo de controlado e tipo de medicamento;

O sistema deverá possuir tela de duração do estoque, apresentando o tempo que irá durar o estoque de cada produto de acordo com a média de saída.

O sistema deverá gerar gráficos com quantitativo de dispensação por período e por hora. Também deve obter o gráfico de medicamentos mais dispensados;

Módulo de Transporte de Passageiros

O sistema deverá possuir módulo de cadastro de pessoas que necessitam de transporte para deslocamento a outros estabelecimentos referenciados;

O sistema deverá permitir o cadastro dos veículos, quantidade de assentos disponíveis, cadastro dos motoristas, cadastros dos acessórios auxiliares, locais de destino, locais de embarque e tipo de convênio;

O sistema deverá permitir a criação da agenda de todas as viagens, informado quem são dos passageiros e acompanhantes, se vão e voltam, se só vão, se só voltam, se necessita de acessório auxiliar, qual o local do destino, qual procedimento será realizado, qual local, data, hora será o embarque, qual veículo será destinado, qual motorista, deverá ainda possuir controle de confirmação de viagem, permitindo registrar a ausência com justificativa quando houver;

O sistema deverá permitir o bloqueio automático de pacientes para o veículo que tenha todos os assentos utilizados, permitindo inclusive computar os acompanhantes;

O sistema deverá emitir o mapa de viagem, neste mapa deve contar todos os dados necessários para a viagem, deverá ainda constar os locais de destino para coleta de assinatura quando houver necessidade;

O sistema deverá ainda controlar os valores do custo de diária com os motoristas;

O sistema deverá possibilitar criar uma escala para os motoristas;

O sistema deverá possuir um cadastro de grupo de pessoas, a onde deve ser possível agendar o grupo inteiro de uma só vez na viagem;

O sistema deverá possuir tela de lançamento de gasto com manutenção de veículos, multas e demais despesas necessárias para prestação de contas;

Módulo de atendimento T.F.D

O sistema deverá possuir tela de lançamento dos atendimentos TFD, devendo registrar a data do lançamento, a data da viagem, o tipo de atendimento, o nome do paciente, o nome do acompanhante se houver, o nome do destino e a forma de transporte;

O sistema deverá ainda controle a entrega de documentos para o gestor;

O sistema deverá permitir pesquisar os pacientes com TFD lançados pelo nome do





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

paciente ou pelo período de lançamentos;

O sistema deverá permitir o controle dos atendimentos em TFD, permitindo anexar arquivos, a data e o assentamento do atendimento, devendo ainda poder desativar o atendimento;

Módulo de atendimento terapêutico

O sistema deverá possuir tela própria para cadastro e controle de atendimentos que dependem de terapia, tais como psicologia, fonoaudiologia, nutricionista, fisioterapia, caps, devendo permitir a data da entrada do paciente no tratamento, o nome do paciente, a gravidade do paciente (normal, urgente e emergência);

O sistema deverá ainda permitir o cadastro das sessões, informando o nome do profissional, o turno, a hora inicial da sessão e os dias, podendo ao final imprimir o protocolo via do paciente;

O sistema deverá permitir o encerramento do tratamento, podendo fazer a qualquer tempo, e em casos de desistência do paciente, deverá haver um campo para anotações adicionais;

O sistema deverá permitir o cadastro de fila de espera, devendo registrar o nome do paciente, qual a terapia que deseja e qual a sua gravidade (normal, urgente e emergência);

Módulo de controle e emissão de cartão do transtorno do espectro autista e fibromialgia

O sistema deverá permitir a geração dos cartões em formato PDF, devendo ainda permitir o controle sequencial de cada cartão, data da emissão e a possibilidade de anexar o laudo do paciente;

Módulo de controle de atividade coletiva

O sistema deverá permitir o lançamento de atividade coletiva, devendo registrar a data do atendimento, o nome do profissional, nome do procedimento, nome dos participantes ou grupo de participantes pré definido anteriormente;

O sistema deverá faturar automaticamente de acordo com a data da atividade, profissional selecionado e o procedimento informado;

O sistema deverá ainda possibilitar a impressão de lista de chamada;

Módulo de emissão de autorização de gastos

O sistema deverá permitir o lançamento de pedido de autorização de gastos, informando a data da autorização, nome da pessoa a ser autorizada, inserir os tipos de gastos, nome do responsável autorizador, local da viagem, descrição detalhada dos fatos;

O sistema deverá ainda permitir a emissão de protocolo de autorização ou gerar o arquivo em pdf;

Módulo de faturamento SIA/SUS

O sistema deverá possuir tela própria para faturamento da produção de forma manual,





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

devendo possibilitar o lançamento dos procedimentos
O sistema deverá permitir o lançamento por profissional, onde o mesmo será informado apenas uma vez e permitir inserir todos os pacientes atendidos deste profissional;
O sistema deverá permitir o lançamento por paciente, onde o mesmo deverá ser informado apenas uma vez e permitir o lançamento de todos os procedimentos e profissionais que realizaram os atendimentos;
O sistema deverá permitir o lançamento por atendimento, onde deverá informar a data do atendimento no qual o sistema deve apresentar os pacientes atendidos, devendo então lançar quais os procedimentos que foram realizados;
O sistema deverá permitir o lançamento por atendimento hospitalar, onde deverá informar a data do atendimento no qual o sistema deve apresentar os pacientes atendidos, devendo então lançar quais os procedimentos que foram realizados;
O sistema deverá possuir tela de consulta de lançamentos de procedimentos faturados, podendo localizar os registros por data inicial e final do atendimento, data inicial e final do lançamento, por estabelecimento, por procedimento, por profissional, podendo ainda editar/corrigir os lançamentos ou excluir;
Módulo de cuidados compartilhados
O sistema deverá possuir tela de registro de cuidados compartilhados, informando o nome do paciente, profissional que irá realizar os cuidados e também informar os profissionais que irão visualizar e compartilhar novos cuidados, devendo ainda permitir anexar documentos;
Módulo de atendimento UPA e hospitalar
O Sistema deverá ser proprietário, deverá possuir tela de atendimento, devendo registrar o nome do paciente, nome do acompanhante se houver, tipo de convênio, tipo do caráter do atendimento e a natureza do atendimento, devendo ainda permitir o acesso rápido ao cadastro do paciente para atualizações cadastrais;
O sistema deverá possuir tela de visualização de todos os pacientes recepcionados, devendo ainda informar a data e hora da entrada na recepção, devendo ainda apresentar se o paciente já foi atendido pela triagem ou pelo consultório, deverá ainda quantificar quantos pacientes estão classificados, informando ainda o nome dos profissionais com com data e hora que realizaram os atendimentos da triagem e da consulta médica;
O Sistema deve permitir filtrar os atendimentos por período, clínica e status (aguardando atendimento, finalizado, ausente e etc)
Sistema deve possuir painel de chamada, deverá apresentar a capacidade do sistema em chamar o paciente através de painel próprio do sistema, com recurso de acessibilidade visual: apresentar nome do paciente e local que o mesmo deva se dirigir, acessibilidade auditiva: o sistema deverá realizar o chamamento através de voz eletrônica robotizada ou voz sintetizada por computador, eliminando a utilização de senhas impressa
Sistema deve permitir o lançamento de avisos bem como tempo de exibição que o mesmo ficará transmitido no painel de chamada
O sistema deve possibilitar a realização do lançamento da triagem, assim também a classificação de risco. Dados de medições realizados pela triagem como aferição de pressão, glicemia, antropometria deve ser





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

faturados automaticamente;
O sistema deve obrigar o profissional médico a registrar o cid no atendimento. Dependendo do cid o sistema devera avisar o profissional que o cid informado é de doença e agravo mostrando ao profissional que deve ser impresso a ficha do sinan;
O sistema deve permitir o cadastro de procedimentos mais realizados para o profissional, permitindo assim que o profissional no ato do atendimento médico possa faturar com maior facilidade;
O sistema deve possuir um formulário para realizar a revisão de faturamento, onde o responsável possa consultar todos os atendimentos, adicionando ou remoendo conforme a necessidade;
O sistema deverá permitir a emissão e registro de atestado de comparecimento, médico e licença maternidade, devendo ainda manter o registro junto ao prontuário do paciente;
O sistema deve emitir receitas e prescrições, podendo o profissional cadastrar modelos com grupos de medicamentos, agilizando assim o atendimento e impressão dos mesmos, devendo ainda manter o registro junto ao prontuário do paciente;
O sistema deve permitir cadastro e emissão de orientações ao paciente, devendo ainda manter o registro junto ao prontuário do paciente;
O sistema deve permitir anexar imagens e documentos no atendimento ou prontuário do paciente
O sistema deverá no ato do atendimento médico apresentar todo o histórico do paciente, sendo possível visualizar em tela todas as datas, profissionais e estabelecimentos atendidos anteriormente, poderá ainda obter todas as informações registradas nestes atendimentos de forma rápida e facilitada, deverá ainda obter as informações dos atendimentos médicos completo realizados no e-SUS-PEC em relação a atenção primária de forma automática;
O sistema deve permitir a impressão das fichas do sinan, do sivep, folha de anestesia, requisição de exame citopatológico e mamografia, termo de consentimento para laqueadura, inserção do DIU, implante contraceptivo e vasectomia, pulseira para os pacientes internados e ficha de identificação do leito;
O sistema deve possuir modulo de observação e internação, permitindo o controle dos leitos bem como o status do mesmo, deverá ainda permitir a prescrição, evolução e lançar procedimentos do paciente
Sistema deve possibilitar a enfermagem a realizar aprazamentos e solicitar ao profissional medico reavaliar paciente
As prescrições de medicamentos devem ser lançadas automaticamente como pendencia para setor de medicamento realizar a dispensa dos mesmos. Na dispensa deve ser registrado o profissional que retirou o medicamento.
Sistema deve permitir o registro de dispensa parcial do medicamento;
O sistema deverá possibilitar registro dos procedimentos e evoluções dos multiprofissionais;
Sistema deve apresentar em tela um alerta se o paciente internado esta a mais de 24horas sem evolução médica O sistema devera possuir uma tela para consulta das altas, bem como data, hora, motivo, profissional e o usuário que a realizou;
O sistema devera possuir uma tela para consulta das altas, bem como data, hora, motivo, profissional e o usuário que a realizou;
O sistema deve possuir uma tela que apresente todo o histórico de movimentações que estão sendo realizadas aos pacientes que se encontram em atendimento no estabelecimento
O sistema deverá gerar gráfico com total de atendimento por mês, por hora, por convenio e por clínica;
Módulo do Centro Cirúrgico
O sistema deverá permitir agendar as cirurgias devendo escolher qual será a sala de cirurgia, qual a data prevista, a hora inicial, a hora final, o tipo e cirurgia, nome do paciente, cirurgião responsável, procedimento que será realizado, tipo de anestesia, medicamentos que serão usado, equipamentos que serão usa-





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

dos, se utilizará prótese, nome do anestesia, nome dos auxiliares
O sistema deverá permitir a checagem da pré indução, devendo checar a bolsa de sangue, isolamento do paciente, reserva do leito, monitoramento adequada, risco de perda de sangue;
O sistema deverá permitir a checagem da pós incisão, devendo checar se o local da cirurgia foi demarcado, quais os materiais cme/opme/farmacia vão ser usados;
O sistema deverá permitir a checagem após a cirurgia, devendo checar a contagem de compressas, peças para anatomia, equipamentos, sondas, drenos;
O sistema deverá permitir o registro da data real da cirurgia, da hora real da cirurgia, data hora real do término, devendo ainda poder anotar o resumo da cirurgia e se houve intercorrências;
O sistema deverá permitir o bloqueio de dias/horas da agenda, informando o motivo.
Módulo de AIH
O sistema deve permitir a digitação das AIHs da unidade hospitalar e realizar a exportação do txt para o SISAIH01.
O sistema deve apresentar de forma automática todas as internações realizadas no estabelecimento com a data do atendimento, prontuário, leito e data da alta e também permitir a inclusão de uma nova AIH sem a necessidade de criar um atendimento.
O sistema deve permitir desfazer uma internação.
O sistema deve permitir a descrição do número da AIH, Tipo, AIH anterior e posterior e sua apresentação.
O sistema deve apresentar automaticamente do atendimento realizado os dados de internação, como os profissional solicitante, data e responsável pela internação, data e profissional autorizador, dados do acompanhante se houver e permitir que o responsável pelas AIHs possa editar ou preencher dados que faltam.
O sistema deve na AIH apresentar dados da justificativa da internação digitada pelo médico no momento do seu atendimento e permitir que o responsável pelas AIHs possa editar ou preencher dados que faltam.
O sistema deve permitir a inclusão de procedimentos especiais.
O sistema deve permitir informar se houve mudança de procedimento, modalidade, CID principal e secundário.
O sistema deve permitir informar as solicitações de diárias e quantidades.
O sistema deve permitir informar causas externas da AIH.
O sistema deve apresentar dados da alta informada pelo responsável da alta e permitir que o faturista possa editar ou preencher dados faltantes.
O sistema deve permitir assinalar se a AIH está ou não preenchida.
O sistema deve apresentar possíveis inconsistências de dados no preenchimento da AIH para alertar o digitador quanto a possibilidade de erros que podem ocorrer no SISAIH01.
O sistema deve permitir a inclusão de procedimentos sigtap na AIH descrevendo o procedimento, competência, serviço/classificação quando necessário, dados complementares e registro de profissional ou equipe responsável pelo procedimento.
O sistema deve permitir importar procedimentos do laboratório, Exames de Imagem, Atendimentos múltiplos e outros tipos de procedimentos realizados e digitados no sistema.
O sistema deve permitir a impressão do prontuário do atendimento, solicitação de internação, AIH, ficha de mudança de procedimento, boletim de infecção hospitalar e resumo de alta do paciente.
Módulo de APAC
O sistema deverá permitir a digitação da APAC com as seguintes informações mínimas: qual estabelecimento de saúde, dados do paciente, procedimentos solicitados e sua quantidade, descrição do diagnósti-





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

co, cid principal, cid secundário, cid de causas associadas, resumo da anamnese e exames físicos, exames complementares realizados, justificativa do procedimento;
O sistema deverá permitir ainda informar o nome do profissional solicitante, a data da autorização, a hora da solicitação, devendo ainda registrar o nome do profissional autorizador, a data da autorização, início da validade, fim da validade, número da APAC, se o procedimento é a primeira vez, se é retorno, se é eletivo ou urgente;
O sistema deverá permitir a impressão da APAC em formato PDF permitindo a sua exportação;
O sistema deverá permitir pesquisar as APAC's pelo nome do paciente;
O sistema deverá permitir editar ou excluir a APAC a critério do gestor;
Módulo de atendimento a procedimentos
O sistema deve permitir registrar salas de procedimentos descrevendo as salas existentes, departamento responsável e os procedimentos realizados por sala.
O sistema deve permitir o lançamento de procedimentos realizados a pacientes em salas de procedimento descrevendo o paciente, a sala e descrição.
O sistema deve permitir faturar os procedimentos digitados para os pacientes.
Módulo de Atendimento a Vigilância Sanitária
O sistema deverá permitir o cadastramento dos estabelecimentos e as atividades econômicas do mesmo. Para isso deverá ser utilizada a tabela do CNAE;
O sistema deverá permitir cadastrar o termo de inspeção ou notificação ou infração ou apreensão ou interdição, podendo ainda descrever de forma detalhada em campo próprio;
O sistema deverá permitir o cadastro e emissão de alvará de funcionamento, constando a data da emissão, data do vencimento, número do cadastro, ano, nome e cpf do responsável legal, horário de funcionamento do estabelecimento, podendo ainda emitir alvará provisório;
O sistema deverá permitir cadastrar alvará de vínculos, com dados da placa, modelo e cor;
O sistema deverá permitir o cadastro de animais, como a espécie, raça, cor da pelagem etc;
O sistema deverá permitir o controle da zoonose, anexando a foto do animal, resultado do exame entre outras imagens;
O sistema deve controlar as vacinas aplicadas, castração e dados da saúde do animal;
No controle da zoonose registrar se o dono do animal optou por tratamento em casa aonde sistema deve gerenciar os animais que estão em tratamento e possibilitar o registro das visitas ao domicílio;
Possibilitar emitir a ficha de cadastro do animal;
Possibilitar emitir o termo de responsabilidade caso dono opte por tratar o animal em casa;
Possibilitar emitir o termo de consentimento de eutanásia, termo de realização de eutanásia do animal;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Possibilitar emitir o termo de Óbito do animal;
O sistema deverá possuir página própria para que o cidadão possa abrir denúncias de forma identificada ou anonima, permitindo ainda que o gestor possa acompanhar cada denúncia até seu desfecho completo;
O sistema deverá possuir página própria para que o cidadão possa solicitar serviços como alvará, vistoria e etc;
Permitir cadastrar os processos de notificação, interdição, pedido de inscrição e etc no sistema;
Permitir cadastrar o andamento desses processos bem como os documentos faltantes do mesmo;
Módulo de serviços ao cidadão via chatbot whatstapp
Deverá possuir serviço ativo via whatsapp utilizando a API oficial da Meta;
Deverá disponibilizar os seguintes serviços (segunda via de cartão sus, comprovante de vacinação, consultar medicamentos em estoque)

Da capacidade técnica

Para fins de comprovação da capacidade técnica a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica pública ou privada constando que prestou serviços de licenciamento de sistema de gestão de saúde.

Deverá ainda sob pena de desclassificação emitir uma declaração que é detentora dos sistemas ofertados, inclusive o código fonte, exceto e-SUS-PEC, e que possui condições técnicas desenvolver novas funcionalidades futuras;

Para fins de comprovação da capacidade do sistema em atender as necessidades do órgão e de sua real veracidade faz-se necessário a aplicação da prova de conceito, que deverá ser realizada ao término do processo licitatório da seguinte maneira:

Concluída a fase de análise de propostas e habilitação no procedimento licitatório, licitante melhor qualificada deverá apresentar o software à Comissão Especial de Avaliação a fim de





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

comprovar a veracidade das informações acerca dos requisitos desejáveis, os sistemas ofertados deverão atender as especificações e requisitos técnicos mínimos previstos no anexo I.

“Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico”. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 04/2014 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação)

“O Acórdão TCU nº 2059/2017 – Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, determinou que provas de conceito não devem ser utilizadas na fase interna da licitação (planejamento da contratação), uma vez que não se prestam a escolher solução de TI e a elaborar requisitos técnicos, mas a avaliar, na fase externa, se a ferramenta ofertada no certame atende às especificações técnicas definidas no projeto básico ou no termo de referência”.

Prova de Conceito (PoC), no âmbito da jurisprudência desta Corte de Contas, corresponde a uma apresentação de amostras no contexto de uma licitação, com o objetivo de permitir que a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar no certame comprove que a solução apresentada satisfaz os requisitos exigidos no edital”. (Acórdão TCU nº 1.984/2006 – Plenário – Relatório)





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

“De forma a não dar espaço a julgamento subjetivo e garantindo a eficácia do princípio da publicidade, os critérios de avaliação, as atividades de aferição de compatibilidade, assim como os planos, casos e relatórios de teste, devem constar detalhadamente nos editais”. (Acórdãos TCU nº 346/2002 – Plenário e nº 1.512/2006 – Plenário)

A apresentação dos softwares a que se refere o inciso anterior deverá ser efetuada logo após a fase de lances, ou a critério da Administração em até 2 (dois) dias após a data do certame, **de forma sempre presencial**, sendo convocada em primeiro lugar empresa melhor classificada, munida de equipamento próprio para a apresentação, a exemplo: notebook, tablet, etc, com informações suficientes na base de dados dos sistemas para a realização da apresentação técnica, não sendo permitido a apresentação em forma de simulação, que não realizem a operação completa do item a ser testado;

Procedimentos para a realização da prova de conceito

Para a prova de conceito, a comissão especial dará o início a sessão, logo após, fará a leitura do item do termo de referência e a licitante deverá apresentar a funcionalidade em sua totalidade. A apresentação do item deverá ser realizada de forma clara e objetiva, os itens serão lidos em sequência pela comissão, não sendo permitido pular itens ou realizar a apresentação de forma aleatória.

A licitante deverá apresentar o item em pleno funcionamento, inserindo as informações completa no banco de dados, não sendo admitido apresentação superficial que não comprove efetivamente a tarefa. O item não apresentado ou apresentado de forma superficial ou incompleta, não será considerado atendido pela Comissão.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

A análise do software não será sigilosa, contudo, deverá ser procedida apenas pela Comissão Especial de Avaliação, em casos que a comissão achar pertinente, os participantes concorrentes da licitação poderão realizar questionamentos de ordem técnica, que deverá ser analisado pela comissão, sendo deferido ou não o pedido;

A licitante deverá apresentar pelo menos 95% dos serviços elencados no anexo I e sendo ainda obrigatório apresentar as simulações abaixo em sua totalidade:

Para o sistema de atendimento a saúde pública municipal

Primeira Simulação – Validação da Integração entre o e-SUS-PEC e o Sistema Especializado

A licitante deverá demonstrar a integração efetiva entre o sistema e-SUS-PEC e o sistema proprietário especializado por meio da realização completa de um fluxo de atendimento, conforme descrito a seguir:

12. **No e-SUS-PEC**, a licitante deverá:

- Abrir o sistema e realizar um **novo cadastro de cidadão**;
- Registrar o **atendimento na recepção**;
- Executar o **atendimento de triagem**;
- Realizar o **atendimento médico**, com seu devido encerramento.

13. **No sistema proprietário especializado**, em seguida, a licitante deverá:

- Abrir o sistema e realizar o **atendimento da recepção**, sendo que o sistema deverá **localizar automaticamente o paciente previamente cadastrado no e-SUS-PEC, sem necessidade de novo cadastro**;
- Registrar o **atendimento de triagem**;
- Realizar o **atendimento médico**, no qual o sistema deverá permitir ao profissional **visualizar integralmente as informações clínicas e administrativas** lançadas anteriormente no e-SUS-PEC, incluindo histórico de





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

atendimentos, triagens, e demais dados pertinentes ao cuidado do paciente, sem ter que sair do sistema especializado;

Essa simulação visa comprovar a existência de **interoperabilidade plena entre os sistemas**, de forma a garantir **continuidade do cuidado, integridade dos dados, e evitar retrabalho** por parte dos profissionais, além de assegurar conformidade com os padrões de integração exigidos pelo Ministério da Saúde.

Segunda Simulação – Validação da Integração com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

A licitante deverá demonstrar, por meio de simulação prática, a capacidade do sistema em realizar a entrada de produtos no módulo de controle de estoque utilizando dados provenientes da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme os seguintes cenários:

5. Importação por XML da NF-e:

- A licitante deverá acessar o módulo de controle de estoque e realizar uma nova entrada de produtos utilizando **exclusivamente o arquivo XML da nota fiscal**.
- O sistema deverá, automaticamente, **interpretar o XML e carregar a lista completa de produtos**, contendo todos os dados essenciais, tais como descrição, quantidade, unidade, valor unitário, entre outros.
- Durante a entrada, o sistema deverá:
 - **Sugerir o cadastramento automático de novos itens** não encontrados no banco de dados, ou;
 - **Indicar produtos equivalentes já existentes no sistema**, permitindo ao operador fazer a vinculação de forma prática.
- Ao finalizar a entrada, o sistema deverá apresentar, em **tela específica**, o **saldo atualizado dos produtos no estoque**.

6. Importação por número da NF-e:

- Em seguida, a licitante deverá repetir todo o processo anterior, utilizando **apenas o número da nota fiscal eletrônica**, sem envio do arquivo XML.
- O sistema deverá localizar e importar automaticamente os dados da NF-e a partir da SEFAZ, carregando as informações do documento fiscal da mesma forma, permitindo o registro completo da entrada de produtos no estoque.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Essa simulação tem por objetivo validar a **integração do sistema com a base da NF-e nacional**, garantindo agilidade, rastreabilidade, integridade das informações e redução de erros no processo de controle de insumos e materiais pela administração pública.

Terceira Simulação – Validação da Não Duplicação de Cadastros no Sistema Proprietário da Atenção Especializada

A licitante deverá demonstrar a capacidade do sistema em **identificar e impedir a duplicidade de cadastros de pacientes**, bem como realizar a **unificação de prontuários já duplicados**, conforme os seguintes passos:

5. Prevenção de duplicidade:

- A licitante deverá abrir o formulário de cadastro de paciente no sistema especializado e **inserir intencionalmente um número de CPF já existente na base de dados**.
- O sistema deverá, **de forma imediata e automática**, identificar a duplicidade e **impedir o prosseguimento do cadastro**, exibindo mensagem clara de alerta ao usuário.
- Em seguida, a licitante deverá tentar cadastrar um novo paciente informando **nome completo, data de nascimento e nome da mãe idênticos aos de um registro já existente**.
- Novamente, o sistema deverá identificar a possível duplicidade, alertar o operador e impedir o registro redundante.

6. Localização de pacientes existentes:

- O sistema deverá permitir a **localização eficiente de pacientes existentes** por meio de qualquer dos seguintes campos:
 - Nome completo
 - Data de nascimento
 - Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS)
 - CPF
 - Telefone

7. Unificação de prontuários duplicados:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- A licitante deverá simular a situação em que dois cadastros duplicados foram erroneamente inseridos anteriormente.
- O sistema deverá oferecer funcionalidade de **unificação de prontuários**, permitindo ao operador consolidar todos os dados clínicos e administrativos em um único registro, **preservando o histórico completo de atendimentos, exames, prescrições e demais informações associadas.**

Essa simulação tem como objetivo assegurar que o sistema seja capaz de **manter uma base cadastral única, precisa e íntegra**, evitando erros clínicos, retrabalho operacional e distorções em indicadores de saúde pública, além de cumprir boas práticas de governança de dados e integridade assistencial.

Quarta Simulação – Validação do Lançamento de Faturamento no SIA/SUS

A licitante deverá demonstrar a funcionalidade do sistema para **lançamento e geração de arquivos de faturamento ambulatorial conforme os padrões do SIA/SUS**, por meio da realização da seguinte simulação:

4. Lançamento do faturamento:

- A licitante deverá acessar o módulo de faturamento ambulatorial e utilizar **formulário próprio do sistema** que permita o registro de **qualquer procedimento para qualquer paciente**, de forma flexível e compatível com os requisitos do SIGTAP.
- Para o teste, o sistema deverá permitir o preenchimento dos seguintes campos obrigatórios:
 - **Data do atendimento** (data de lançamento);
 - **Competência de faturamento**;
 - **Nome completo do paciente**;
 - **Nome completo do profissional executante**;
 - **Nome e código do procedimento conforme tabela SIGTAP**;
 - **Quantidade de procedimentos realizados**;
 - **CID correspondente (Classificação Internacional de Doenças)**;
 - **Tipo de BPA (Individualizado ou Consolidado)**.

5. Gravação e geração dos arquivos:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- Após o preenchimento completo e correto dos dados, o sistema deverá permitir **salvar os registros de forma definitiva.**
- Em seguida, o sistema deverá **gerar os arquivos eletrônicos de envio ao BPA**, especificamente:
 - **Arquivo BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado)**, quando aplicável;
 - **Arquivo BPA-C (Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado)**, quando aplicável.
- Os arquivos deverão ser gerados conforme layout oficial do Ministério da Saúde.

6. Exibição do conteúdo gerado:

- Ao final da simulação, o sistema deverá importar o **arquivos BPA gerado**, e em tela permitindo a conferência visual dos dados registrados no arquivo.

Esta simulação tem por finalidade comprovar que o sistema está **devidamente preparado para realizar o faturamento ambulatorial conforme as exigências do SIA/SUS**, garantindo a conformidade com os padrões nacionais, a rastreabilidade das ações registradas e a aptidão para envio aos sistemas federais sem necessidade de retrabalho ou processamento externo.

Quinta Simulação – Apresentação do Portal da Transparência em Saúde

A licitante deverá apresentar o **Portal da Transparência em Saúde** integrado ao sistema ofertado, com **acesso público irrestrito via internet**, permitindo à população acompanhar, em tempo real ou com atualização periódica, os principais indicadores de produção dos serviços de saúde do município.

O portal deverá estar disponível para acesso durante a simulação e deverá exibir, no mínimo, as seguintes informações:

- **Quantidade diária de atendimentos realizados**, com detalhamento por área de atuação;
- **Média diária de atendimentos** por setor;
- **Total mensal consolidado** de atendimentos, por área;
- **Atendimentos realizados na Atenção Primária à Saúde;**
- **Atendimentos em Saúde Bucal;**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- **Atendimentos por especialidades (Atenção Especializada);**
- **Atendimentos hospitalares;**
- **Atendimentos realizados pela Farmácia Municipal;**
- **Quantidade de vacinas aplicadas;**
- **Atendimentos realizados pelo laboratório municipal;**
- **Número de atendimentos realizados pelo serviço de transporte de pacientes.**

Além dos indicadores acima, o portal deverá **permitir que o cidadão possa consultar, de forma clara e acessível, o estoque atualizado de medicamentos disponíveis na farmácia principal do município**, com informações como nome do medicamento, quantidade disponível e data da última atualização.

A simulação tem como objetivo comprovar que a solução proposta cumpre os princípios da **transparência pública, publicidade dos atos administrativos e controle social**, conforme determinações legais e normativas dos órgãos de controle e fiscalização.

Sexta Simulação – Monitoramento dos Indicadores do Cofinanciamento

A licitante deverá apresentar o **módulo proprietário de monitoramento e controle dos indicadores de desempenho vinculados ao modelo de cofinanciamento**, com foco nos **Componentes II e III** em pleno funcionamento e com base de dados demonstrativa suficiente para permitir a análise e compreensão dos resultados.

Durante a simulação, o sistema deverá:

- Exibir, de forma clara e estruturada, **os indicadores exigidos para cada um dos componentes;**
- Permitir a **visualização analítica** e o **detalhamento de cada indicador**, com filtros por período, unidade de saúde, equipe, território ou profissional, sempre que aplicável;
- Apresentar **gráficos, tabelas ou painéis** que possibilitem a interpretação dos dados de forma gerencial;
- Garantir que as informações estejam organizadas de forma que favoreçam a **tomada de decisão pela gestão municipal**, com foco em ações de melhoria contínua e alcance de metas estabelecidas pelo cofinanciamento.

A simulação tem como finalidade comprovar que o sistema proposto oferece **ferramentas efetivas de apoio à gestão da saúde pública municipal**, com capacidade de monitoramento contínuo dos resultados pactuados, assegurando a elegibilidade e manutenção dos repasses financeiros vinculados aos indicadores de desempenho.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Sétima Simulação – Teste de Autenticidade de Documentos e Assinatura Eletrônica com Certificação Digital

A licitante deverá demonstrar, por meio de simulação prática, a capacidade do sistema proprietário especializado em **emitir documentos com assinatura eletrônica qualificada**, conforme as exigências legais vigentes e normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Durante a simulação, a licitante deverá:

5. Acessar o sistema especializado e **realizar um atendimento médico completo**;
6. Gerar uma **receita médica eletrônica**, contendo os dados do paciente, do profissional e os medicamentos prescritos;
7. Proceder com a **assinatura eletrônica da receita médica** utilizando um **certificado digital válido ICP-Brasil – tipo A3 ou equivalente**, de posse do profissional médico, em conformidade com as normas do CFM;
8. Em seguida, apresentar o **arquivo assinado digitalmente** e **validar sua autenticidade por meio do portal oficial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://validar.iti.gov.br/>)**, comprovando que:
 - O documento está devidamente assinado com certificado digital reconhecido;
 - A assinatura está íntegra e corresponde ao profissional emissor;
 - O documento pode ser validado de forma independente pelo cidadão ou por qualquer órgão fiscalizador.

Esta simulação tem como objetivo garantir que o sistema está adequado às exigências legais de **segurança, rastreabilidade e validade jurídica dos documentos eletrônicos**, especialmente em relação a prescrições médicas, atendendo aos princípios de autenticidade, integridade e não repúdio.

Oitava Simulação – Teste de Capacidade de Geração do Arquivo RAAS

A licitante deverá demonstrar a capacidade do sistema em **gerar corretamente o arquivo RAAS (Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde)**, conforme o padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde, por meio da seguinte simulação:

1. A licitante deverá realizar, no sistema ofertado, o **atendimento completo de um paciente**, incluindo os registros obrigatórios exigidos pelo modelo RAAS, como:
 - Identificação do paciente;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- Profissional responsável;
 - Procedimentos realizados;
 - CID associado;
 - Unidade de atendimento;
 - Data da realização;
 - Outros dados clínicos ou administrativos exigidos para compor o registro ambulatorial.
2. Após o encerramento do atendimento, o sistema deverá permitir a **geração do arquivo RAAS, conforme layout oficial do DATASUS**.
3. O arquivo deverá ser importado no sistema RAAS:
- Os dados foram importados;

Esta simulação tem como objetivo validar que o sistema está tecnicamente preparado para **atender às exigências federais de registro e envio das ações ambulatoriais**, assegurando conformidade com os sistemas nacionais de informação em saúde e evitando rejeições nos processos de faturamento e prestação de contas.

Nona Simulação – Teste de Capacidade do Sistema Proprietário em Permitir Atuação do Profissional em Múltiplas Unidades de Saúde

A licitante deverá demonstrar, por meio de simulação prática, a capacidade do sistema em permitir que um mesmo profissional de saúde esteja **vinculado a duas ou mais unidades de saúde distintas e um ou mais departamento(s)**, e com gestão adequada de permissões e registros.

Durante a simulação, o profissional deverá estar previamente lotado em **duas unidades diferentes e em departamentos diferentes**, devidamente cadastradas no sistema. No momento do login, o sistema deverá apresentar uma **interface clara e funcional** que possibilite ao usuário selecionar **em qual unidade/departamento atuará naquela sessão de trabalho**.

A partir da seleção, o sistema deverá garantir que:

- **Todos os registros realizados** (como atendimentos, prescrições, evoluções, agendamentos, entre outros) sejam corretamente **associados à unidade selecionada**;
- As **permissões e funcionalidades** disponibilizadas ao profissional estejam **condicionadas à unidade ativa**, respeitando perfis de acesso específicos de cada estabelecimento;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

Essa simulação tem como objetivo validar que o sistema é capaz de refletir a **realidade operacional de muitos municípios**, onde profissionais atuam em mais de uma unidade, garantindo **flexibilidade, controle de dados e conformidade com as exigências de gestão em saúde pública**.

Décima Simulação – Teste de Integração com a REDESIM

A licitante deverá demonstrar, utilizando um cliente ativo que possua a integração com a **REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios)**

Durante a apresentação, o sistema deverá:

1. Acessar funcionalidade específica que permita a **recuperação dos estabelecimentos ativos da REDESIM** no município;
2. Exibir em tela a **quantidade total de empresas recuperadas**;

Essa apresentação tem como objetivo validar que a solução ofertada está **tecnicamente preparada para a integração plena com a REDESIM**, promovendo maior agilidade, transparência e controle nos processos de licenciamento sanitário, conforme as diretrizes da desburocratização e simplificação dos serviços públicos.

Décima Primeira – Teste de Integração BNFAR

O sistema proprietário deverá possuir **integração via API com o SI-BNFAR**, conforme o leiaute e especificações técnicas mais recentes disponibilizadas pelo Ministério da Saúde.

Requisitos específicos:

1. Transmissão de Dados:

- O sistema deverá permitir a **transmissão automática e segura** dos dados de movimentação das farmácias (entradas, saídas, estoques, entre outros), conforme o **último leiaute oficial publicado pelo Ministério da Saúde**.
- A transmissão deverá seguir os padrões de autenticação, formatação e comunicação definidos pelo SI-BNFAR.

2. Tratamento de Inconsistências:

- Em caso de **erros ou inconsistências nos registros transmitidos**, o sistema deverá:
 - Permitir a **visualização clara e detalhada do erro** (mensagem de retorno do SI-BNFAR);
 - Apresentar a **identificação dos registros impactados**;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- Possibilitar a **correção dos dados diretamente no sistema**;
- Permitir o **reenvio dos registros corrigidos**, sem a necessidade de retrabalho manual excessivo.

3. Conformidade e Atualizações:

- O sistema deverá manter-se atualizado com **eventuais mudanças no leiaute do SI-BNFAR**, assumindo a responsabilidade pela **adequação contínua às normas e padrões técnicos exigidos** pelo Ministério da Saúde.

4. Avaliação da Demanda e Estimativa de Quantidades

A demanda foi identificada a partir de uma análise detalhada das necessidades operacionais dos da Secretarias Municipais de Saúde. Para isso, foi considerado o volume de atendimentos realizados à população, a estrutura organizacional da administração municipal e os fluxos processuais que envolvem desde a entrada da demanda até sua conclusão, passando pelos setores de protocolo, atendimento direto e gestão técnica.

Foi também considerada a necessidade de unificação e integração dos sistemas atualmente utilizados, a fim de garantir maior eficiência, controle e agilidade no atendimento ao cidadão.

A estimativa de quantidades, bem como as características técnicas mínimas de cada módulo e subsistema a serem contratados, encontram-se detalhadas no Anexo Único deste Estudo Técnico Preliminar, sendo consideradas as demandas atuais e projeções de expansão conforme as diretrizes do Plano Plurianual (PPA).

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha da Solução a Contratar

Para a definição da melhor solução a ser contratada, foram avaliadas as principais alternativas disponíveis no mercado, levando em consideração aspectos técnicos, econômicos, operacionais e legais. As opções consideradas foram:

1: Desenvolvimento de Software Próprio

O desenvolvimento de um sistema exclusivo poderia, em tese, atender de forma customizada todas as necessidades específicas das áreas envolvidas. No entanto, trata-se de uma alternativa de alto custo, elevado risco técnico e longo prazo de implantação. Demandaria inúmeros ciclos de levantamento de requisitos, testes, ajustes, validações, além de mão de obra especializada em múltiplas frentes tecnológicas e administrativas.

Adicionalmente, a atual estrutura de tecnologia da informação do município encontra-se sobrecarregada com demandas essenciais e não dispõe de equipe técnica ou recursos suficientes para suportar o desenvolvimento de uma solução desse porte. O risco de atrasos, retrabalhos e não aderência à constante evolução normativa – especialmente na área da saúde – torna esta opção inviável.

Solução 2: Licenciamento de Sistemas de Terceiros como Substitutos ao e-SUS PEC

Embora existam soluções privadas que oferecem funcionalidades similares às do e-SUS PEC para Atenção Básica, essa alternativa apresenta desvantagens críticas:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

3. Falta de integração direta com a base nacional de dados do Ministério da Saúde, resultando em trocas manuais de arquivos;
4. Risco de inconsistência e desatualização frente às normas federais, já que o e-SUS é a plataforma oficial para disseminação de atualizações e diretrizes;
5. Maior custo de implantação e manutenção, contrariando o princípio da economicidade;
6. Baixa garantia de continuidade e conformidade com os sistemas públicos federais, o que pode impactar diretamente no repasse de recursos.

Solução 3: Contratação de Serviços Especializados para Suporte ao e-SUS PEC, com Licenciamento de Sistemas Complementares.

Esta alternativa contempla a contratação de uma empresa especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para prestação de serviços de suporte técnico, treinamento, atualização e assessoramento contínuo ao uso do e-SUS PEC, garantindo sua plena funcionalidade e aderência às normativas vigentes. Adicionalmente, prevê a contratação de sistemas complementares para:

4. Atenção especializada em saúde (incluindo módulos de farmácia, agendamento, laboratório, exames, transporte, regulação, entre outros);
5. Gestão educacional (frequência, desempenho, matrícula online, relatórios analíticos);
6. Gestão da assistência social (CadÚnico, CRAS, CREAS, benefícios, alertas sociais, plano de atendimento familiar etc.).

Essa solução assegura maior eficiência, menor risco técnico, e é economicamente mais vantajosa, visto que aproveita sistemas públicos já consolidados, contratando apenas os complementos necessários. Também viabiliza maior agilidade na implantação, modernização dos serviços públicos e atendimento às exigências legais.

Justificativa da Escolha da Solução 3

A opção pela Solução 3 foi considerada a mais adequada por reunir os seguintes benefícios:

- 4. Rapidez de implantação** e menor risco de falhas;
- 5. Melhoria no fluxo de informações** e nos indicadores de desempenho das políticas públicas;
- 6. Acesso remoto via Internet**, permitindo maior mobilidade e descentralização dos serviços;
- 7. Redução de custos operacionais**, como impressões e deslocamentos;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 8. Planejamento eficiente da aquisição de insumos**, como medicamentos e material escolar;
- 9. Integração entre os profissionais das secretarias**, promovendo comunicação eficiente e ações intersetoriais;
- 10. Qualificação dos processos de prestação de contas** e maior transparência na gestão;
- 11. Aprimoramento do atendimento à população**, com redução no tempo de espera e maior capacidade de resposta.

Por fim, a efetividade desta solução foi comprovada mediante análise de experiências exitosas em municípios como Bonito-MS e Rio Brilhante-MS, que, segundo dados levantados apresentam elevados índices de desempenho e adesão às políticas de informatização integrada.

7 Estimativa de Preços e Preços Referenciais

Foram consultados 3 (três) fornecedores, especializados na prestação de serviços a ser contratada, capazes de disponibilizar o serviço que venha de encontro às necessidades do município: xxx, CNPJ xxx, xxx, CNPJ xxx , xxx, CNPJ xxx

Deste modo, diante da média de valores dos orçamentos efetuados, chegamos aos valores unitários e totais constantes na Tabela, Anexo Único deste estudo.

As propostas apresentadas por fornecedores tem validade de 60 dias, caso no momento do Pregão estejam vencidas, serão atualizadas.

8 Descrição da solução como um todo

A solução será a Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado na plataforma e-SUS do Ministério da Saúde do Governo Federal, para a Secretaria Municipal de Saúde deste município.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

9 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

O critério de avaliação mais viável para a contratação em tela será a de “menor preço global”, tendo em vista que faz-se necessário um único fornecedor para atender com maior eficiência todo o objeto de contrato, não sendo inclusive possível o seu desmembramento, por questões lógicas e técnicas.

10 Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

3. Unificação de todos os dados do prontuário dos pacientes do município.
4. Regularizar as transmissões de dados de diversos sistemas internos que estão com valores de índices que não condiz com a realidade atual.
5. Melhorar o registro da produção ambulatorial, evoluindo assim a captação de mais recursos financeiros.
6. Controle aprimorado do estoque de materiais e medicamentos, permitindo a rastreabilidade dos mesmos.
7. Implantação do Prontuário eletrônico do paciente (PEC), reduzindo o gasto com papel e melhorando o tempo resposta no atendimento.
8. Possibilidade de agendar as consultas, evitando assim aglomerações de pacientes nas recepções.
9. Notificações de SMS para a população, permitindo assim a diminuição de não comparecimento das consultas agendadas





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

11 Providências para adequação do ambiente do órgão

8.1. Infraestrutura tecnológica

A Secretaria Municipal de Saúde está adquirindo novos computadores para complementar a rede tecnológica, sendo necessário a instalação de novos equipamentos nas salas de triagem e consultório para fins de estabelecer a infraestrutura necessária para o funcionamento do PEC.

.

8.2. Infraestrutura elétrica

Não haverá necessidade de adequação, pois o Município já possui a infraestrutura pertinente. Qualquer necessidade de novas ferramentas não afetarão a rede elétrica já existente, uma vez que, não haverá necessidade de instalação de novos equipamentos.

8.3. Logística

Não será necessário nenhum investimento nesta área, tendo em vista que a logística precisará apenas passar por treinamento e readequação das novas rotinas administrativas que o novo sistema exigirá.

8.4. Espaço Físico

Em virtude de o armazenamento ser na nuvem, não haverá qualquer necessidade de alteração no espaço físico da contratante.

8.5. Mobiliário

Não há necessidades de adequação no mobiliário, pois o mobiliário atual já está adequado ao bom funcionamento do sistema e sua utilização por todos os usuários.

8.6. Recursos Materiais

Para implantação da solução escolhida, não haverá necessidade de aquisição de recursos materiais.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

8.7. Recursos Humanos

Para a implantação do PEC haverá apenas a necessidade de treinamento e capacitação operacional do novo sistema.

12 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não estão previstas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto deste estudo.

13 Análise da viabilidade da contratação

Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares da administração pública municipal, declaram a viabilidade do projeto em questão por atenderem as premissas necessárias do serviço público como já descritas, alcançando o atendimento aos órgãos de controle e possibilitando a continuidade de crescimento da instituição, enriquecendo assim sua missão junto a administração pública e a sociedade, além da possibilidade de conciliar menores custos, dada a sua vantagem econômico-financeira demonstrada neste estudo.

11. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena/MS.

RISCO 1	<i>Atraso no processo de contratação de Kits de carrinhos de limpeza hospitalar</i>
ETAPA	(X) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

PROBABILIDADE	() Muito baixo (X) baixo () médio () alto () muito alto
IMPACTO	() Muito baixo () baixo () médio () alto (X) muito alto
MEDIDA	Indicação tempestiva dos integrantes da equipe de planejamento e estabelecimento de prazos dando condições de trabalho para os envolvidos se dedicarem ao processo.
RESPONSÁVEL	Gestor do processo administrativo
RISCO 2	<i>Falta de fornecedores interessados ou habilitados para prestação dos serviços de licenciamento de software de gestão da saúde e suporte técnico especializado</i>
ETAPA	() Planejamento (x) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
PROBABILIDADE	(X) Muito baixo () baixo () médio () alto () muito alto
IMPACTO	() Muito baixo () baixo () médio () alto (x) muito alto
MEDIDA	Ampla divulgação do certame (site, lista de e-mail, etc.), clareza na descrição dos serviços quanto as suas especificidades, e preço de acordo com a realidade de mercado.
RESPONSÁVEL	Setor de licitação
RISCO 3	<i>Interrupção, indisponibilidade ou falhas no funcionamento do sistema durante a execução contratual</i>
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

PROBABILIDADE	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
IMPACTO	() Muito baixo () baixo () médio () alto (x) muito alto
MEDIDA	Estabelecer níveis mínimos de serviço (SLA), exigir suporte técnico contínuo, realizar monitoramento do sistema, registrar ocorrências e aplicar as sanções previstas contratualmente em caso de descumprimento.
RESPONSÁVEL	Gestor e Fiscal de contrato
RISCO 4	Falha na integração ou sincronização dos dados com a plataforma e-SUS PEC
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
PROBABILIDADE	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
IMPACTO	() Muito baixo () Baixo () Médio () Alto (X) Muito alto
MEDIDA	Exigir comprovação de compatibilidade com o e-SUS PEC, realização de testes de integração antes da implantação definitiva e acompanhamento técnico contínuo.
RESPONSÁVEL	Fiscal do Contrato e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde

Bodoquena - MS, 23 de abril de 2026.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
NOME	CARGO	ASSINATURA
Andreia dos Santos Caetano de Castro	Gerente de Divisão de Gestão Adm. Em saúde	
Monique Hevely Corrêa Dalletezze	Secretária Municipal de Saúde	

Aprovador por:

**Monique Hevely Corrêa Dalletezze
Secretária Municipal de Saúde**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ANEXO II

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX**

Termo De Contrato Administrativo Nº XX/XXXX

Processo Administrativo Nº XX/XXXX

Pregão Nº XX/XXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
BODOQUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
XXXXXX E A EMPRESA XX/XXXX

O MUNICIPIO DE BODOQUENA, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.465.016/0001-47, com sede na Av. Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Centro, por intermédio das SECRETARIAS XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Jurídica de direito privado XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no **Processo nº XX/XXXX** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da XXXXX Nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

17. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

17.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXX. nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

17.2. Objeto da contratação:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Item	Especificação	Qtde	Unidade de Medida	Valor Unit	Valor Total
TOTAL					

17.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 17.3.1. O Termo de Referência;
- 17.3.2. A Proposta do contratado;
- 17.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

18. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

18.1. A contratação terá validade de XXXXXXXX, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado ou prorrogado, nos termos do art. 107 da lei 14.133/21.

- 18.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 18.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 18.1.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

19. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

19.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

20. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

21. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

21.1. **O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

21.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

21.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços prestados.

22. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

22.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da Nota Fiscal, conforme Termo de Referência.

22.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

22.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.4. Quando o pagamento for efetuado, a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

23. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

23.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

23.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 23.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 23.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 23.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 23.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 23.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

24. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- a) São obrigações do Contratante:
- b) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 25. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;**
- 26. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.**
- 27. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

28. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

28.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem com defeitos ou incompatíveis com o serviço do objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- e) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- f) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- h) Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

29. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

29.1.O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.087 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

30. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

30.1.Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

30.2.Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

d) Multa:

1. Por atraso injustificado no cumprimento do contrato de fornecimento:
- 1.2 de 0,5% (cinco décimas por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, por dia atraso, até décimo quinto dia;
- 1.3 de 10% (dez por cento) por recusa injustificada em receber ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente em 05 (cinco) dias contados da notificação, incidente sobre o valor contratual

30.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

30.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

30.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

30.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

30.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

30.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

30.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

30.12. As multas previstas neste contrato não impedem que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação que rege a matéria.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

31. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

31.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

31.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

31.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

31.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

31.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

31.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

31.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

31.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

31.3.3. Indenizações e multas.

31.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

31.5. O contrato poderá ser extinto:

31.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

31.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

32. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

32.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento correspondente consignado nos seguintes elementos de despesa, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

33. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

33.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

34. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

34.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

34.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

34.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

34.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

35. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

35.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

36. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

36.1.Fica eleito o foro da Comarca de Miranda-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Bodoquena – MS, XX de XXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal deXXXXXXXX – Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

1)

2)

CPF: CPF

